

# POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [povolivre@psd.pt](mailto:povolivre@psd.pt)

Morais Sarmento



no Congresso  
da Imigração

(pag.9)

Sociedade  
da Informação



Artigo de J. L. Arnaut

(pag.14)

Arranque das emissões



com programação  
de qualidade

## Durão Barroso dirige ao País Mensagens de Natal e Ano Novo



páginas centrais

Notícias da CPS de Ovar

## Os vereadores eleitos pelo PSD de Ovar votam contra o Orçamento e as GOP locais

*«Após análise das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2004, os vereadores do PSD no Executivo Municipal de Ovar, entenderam expressar o seu sentido de voto de acordo com os seguintes considerandos:*

«No que respeita às GOP's., uma análise objectiva fica fortemente prejudicada já que, como é costume, e em resultado da política irrealista continuamente assumida pela maioria socialista, há centenas de obras que figuram apenas para contentar clientelas, mas que não terão qualquer hipótese de realização, dado que este Plano é construído tendo por base Planos anteriores que se revelaram longe da sua realização real e os investimentos não têm suporte financeiro efectivo. Sabemos por experiência e pela análise dos dados que assim vai suceder uma vez mais. Só não sabemos quais as obras (investimentos) que vão ser deixadas cair...»

«Uma vez mais o Orçamento engloba verbas virtuais, pois são inscritos 38.478.399,00€ de Receitas e Despesas, quando a realidade registada em sucessivos anos demonstra claramente que o valor final razoável, já com alguma margem de tolerância, deveria rondar os 25.000.000,00€.»

«O Orçamento inclui 13.000.000,00€ de Receita fictícia que servirão de contrapartidas para a realização de Despesas sem cobertura financeira, [atentese nas 13 (treze) alterações orçamentais já efectuadas em 2003] gerando, portanto, endividamento a fornecedores e empreiteiros, não expressamente autorizado».

«Esta situação, que se repete ano após ano, tem vindo a gerar um endividamento que é hoje da ordem dos 25.000.000,00€, sendo que só menos de metade está titulado por empréstimos bancários, e o restante (mais de 12.500.000,00€), ser constituído por dívidas a empreiteiros, fornecedores, colectividades e instituições».

«Esta prática, para além de ser ruinosa para a gestão do Município, é claramente ilegal, pois o ponto 3.3.1 das normas do POCAL, aprovado pelo D.L. 84-A/2002, de 5 de Abril, determina que “as importâncias a inscrever no Orçamento não podem ser superiores a metade das cobradas nos últimos 24 meses...”. [...] Assim, o Orçamento apresentado não tem qualquer valor como elemento de gestão municipal e são completamente irrealistas as análises feitas nos documentos anexos, já que se baseiam num horizonte de 38 milhões de Euros de Receita e Despesa quando a realidade se situa nos 25 milhões de Euros.»

«É também com grande preocupação que vemos a evolução do endividamento da Autarquia que, conforme repetidamente temos alertado, está a hipotecar o futuro do nosso Concelho, uma vez que a Câmara assumiu empréstimos a 20 anos com períodos de carência de 2/3 anos. [...]Não nos



A capela de São Pedro dos Passos de Ovar

parece pois, que este Plano e Orçamento sejam exequíveis, pelo que VOTAMOS CONTRA os mesmos.»

«Relativamente às GOP's dos SMAS para 2004, os vereadores do PSD no Executivo Municipal, considerando a ausência de valores aceitáveis para as chamadas “perdas” e o facto de não são serem estabelecidos objectivos concretos e mensuráveis na recuperação dos investimentos realizados nos últimos anos e ainda outros defeitos graves na sua forma e substância, os vereadores do PSD entendem que todo o Plano deve ser devolvido para reformulação, o que envolve a revisão geral do Orçamento como consequência lógica da reformulação do Plano».

«Por estas razões VOTAMOS CONTRA os documentos apresentados. – comunicado dos Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Ovar

Da Póvoa de Santa Iria

## PSD «chumba» Orçamento socialista

A discussão do Plano e Orçamento para 2004 poderia ter sido o momento de oportunidade para a reflexão da estratégica a adoptar para o desenvolvimento da Cidade da Póvoa de Santa Iria, que nunca se pode configurar em análise de curto tempo sem a necessária reflexão.

O PSD, como oposição na edilidade, defende os interesses dos cidadãos da cidade e freguesia que os elegeram, de forma crítica e construtiva, não fugindo às suas responsabilidades políticas.

O Plano agora apresentado [...] continua, claramente, a preferir uma visão [não adequada para a resolução dos verdadeiros problemas da zona em detrimento do verdadeiro progresso sustentado] para uma cidade que todos esperamos defender e projectar na sua essência, tanto no quadro Concelhio de Vila Franca de Xira como no quadro mais vasto da Área Metropolitana de Lisboa.

Do ponto de vista do PSD perdeu-se novamente a possibilidade de dimensionar o Plano para responder a uma nova dimensão e a uma nova perspectiva do que deve ser uma Cidade [...] perdeu-se uma nova ocasião para tornar aliciente viver e trabalhar na Póvoa.

Tendo em conta a nossa visão [...] o PSD não se revê neste Plano e Orçamento pelo que votará contra o Plano e Orçamento para 2004 proposto pela Junta de Freguesia da Cidade da Póvoa de Santa Iria. – CPS do PSD

**Nota em tempo:** O Orçamento apresentado pelo PS não foi aprovado na última Assembleia, aguardando-se nova Assembleia e nova versão do Orçamento.

De Lisboa e da UCCLA

# Câmara e Governo estudam “caneiros”

## EPUL lucra 5.6 milhões com terrenos do Benfica

No fim do mês passado, responsáveis da Câmara de Lisboa, Governo e Laboratório Nacional de Engenharia Civil reuniram-se nos Paços do Concelho para analisar a situação do Caneiro de Alcântara, onde recentemente ocorreram dois aluimentos de terras.

Segundo fonte do Gabinete do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a reunião serviu para “estudar ao pormenor a questão dos caneiros (águas pluviais encanadas) de Lisboa, que existem não só em Alcântara mas também na zona da baixa, e tentar encontrar soluções para o problema”.

Pedro Santana Lopes esteve com o ministro das Obras Públicas, Carmona Rodrigues, especialistas do Laboratório de Engenharia Civil, os vereadores da Reabilitação Urbana e Obras, assim como os responsáveis dos caneiros de Lisboa e da estação de tratamento de esgotos de Alcântara.

Nas últimas três semanas, rupturas no colector de Alcântara provocaram dois aluimentos de terra: o primeiro ocorreu a 25 de Novembro, altura em que um autocarro vazio foi “engolido” por um buraco e o segundo aconteceu no passado sábado, quando abriu um outro buraco com dez metros de diâmetro.

O primeiro aluimento de terras levou à paragem da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Alcântara. Na reunião de câmara realizada segunda-feira, Santana Lopes disse estar “muito preocupado” e anunciou que a autarquia avançaria com “medidas urgentes”. – **Fonte: Lusa**

### Contra “Velhos do Restêlo”, a EPUL ganha 5,6 milhões com venda dos terrenos do Benfica

A EPUL anunciou em conferência de imprensa que vendeu o empreendimento “Benfica Stadium” por cerca de 38 milhões de euros.

Os terrenos, localizados junto ao novo Estádio da Luz foram vendidos, através de concurso público, um negócio representa o culminar do processo iniciado em Julho do ano passado, quando a CML celebrou um protocolo com o Benfica e com a EPUL, segundo o qual a empresa pública compraria ao clube os terrenos junto ao Estádio da Luz, para que o Benfica tivesse condições financeiras para continuar as obras do

novo estádio.

Sequeira Braga, presidente da EPUL, recordou que “muita gente considerou que era um mau negócio (o financiamento do projecto). Hoje podemos dizer que fizemos um bom negócio, para nós e mas também para o construtor”.

Comprados por cerca de 500 euros o metro quadrado, os terrenos foram adjudicados por 585 euros o metro quadrado. De acordo com o presidente da EPUL, esta operação “permite um encaixe de 38 milhões de euros, o que possibilita a esta empresa não só reaver o valor investido, mas também realizar importantes mais-valias no montante aproximado de 5,6 milhões de euros”.

“Esta transacção de 38 milhões de euros é uma das maiores, em termos de imobiliário, realizada em Portugal”, sublinhou

Com uma área de construção de 65 mil metros quadrados, 84% serão destinados a habitação, está prevista a construção de 435 fogos e os restantes 16% são destinados a comércio e serviços. “Um índice de edificação “substancialmente inferior ao que estava inicialmente previsto”, assegurou Sequeira Braga, lembrando que chegou a estar prevista, durante o anterior mandato camarário, uma área de construção que rondava os 170 mil metros. “É uma grande vantagem para a cidade de Lisboa e para a zona de Benfica, que fica mais equilibrada em termos urbanísticos”, frisou o presidente da EPUL.

O arranque das obras deverá ter início em Agosto do próximo ano, depois de terminado o Euro 2004. Até lá, o local será usado como zona de apoio ao estacionamento automóvel durante o Campeonato da Europa de Futebol.

### Santana Lopes apresenta projectos da UCCLA

O presidente da CML, Pedro Santana Lopes, também presidente da comissão executiva da UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa) fez, em conferência de imprensa, “um ponto da situação dos projectos” desta organização.

Santana Lopes referiu uma diversidade de projectos que estão em curso em diferentes países lusófonos, apresentou a edição cabo-verdiana do dicionário Houaiss, elogiou o projecto da UCCLA junto de imigrantes e dos filhos de imigrantes oriundos de países de língua oficial portuguesa e destacou o aumento substancial do



orçamento da instituição: “A UCCLA contou com 250 mil euros em 2002, este ano pôde contar com 2,5 milhões. Significa que volta a ter meios financeiros para traduzir obra concreta”, afirmou o presidente da edilidade lisboeta.

Entre os variados projectos, o autarca referiu o trabalho de calceteiros portugueses em Díli, o restauro da Fortaleza da Ilha de Moçambique, o fornecimento de técnicos e equipamentos para a criação de um sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos em Maputo, um centro de formação profissional em Magoanine, a recuperação do centro histórico de Luanda, a reconstrução da Casa dos Rapazes do Huambo, a missão da Câmara Agrícola Lusófona ao Huambo, a construção de uma escola em Água Grande/ São Tomé, a ampliação da escola da UCCLA em Bissau e a recuperação do Forte do Cacheu na Guiné-Bissau.

“São sementes de esperança, envolvendo investimentos, essencialmente em educação, formação profissional, limpeza urbana e recuperação de património, ao mesmo tempo que procuram estreitar mais os laços de amizade entre povos que falam a mesma língua e com histórias comuns”, frisou o autarca.

O presidente da CML realçou também a construção da casa Padja, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, “um símbolo da arquitectura do país”, onde será instalada uma delegação da UCCLA, e a conclusão da Avenida Cidade de Lisboa, na Praia. “As obras podem começar já no início de 2004. É uma avenida lindíssima onde bem cedo, às 5h, 6h da manhã, os habitantes, incluindo o

Presidente da República Pedro Pires, fazem o seu “jogging””, disse Santana Lopes.

A recuperação da Fortaleza de Moçambique, no âmbito de um protocolo a assinar em breve com a UNESCO, será patrocinada pela UCCLA (600 mil dólares) e pela cooperação japonesa (cerca de um milhão de dólares).

Por outro lado, a UCCLA, que garante o suplemento salarial mensal do corpo docente da escola que tem funcionado em Bissau, enviou este Natal 400 quilos de brinquedos novos para as crianças que frequentam o estabelecimento, actualmente de ensino básico, mais que irá receber outros cursos e mais alunos.

A cidade de São Tomé, em São Tomé e Príncipe, teve este ano, por oferta da autarquia de Lisboa, a sua primeira iluminação de Natal. Na Ilha de São Tomé, a UCCLA está a construir a escola da Água Grande, que vai garantir ensino básico a mais de 240 crianças. “Esta obra enche-me de júbilo. Não é ideia vaga nem projecto de intenções, é obra”, afirmou Santana Lopes. As obras vão custar mais de 500 mil euros.

O presidente da CML elogiou ainda o trabalho desenvolvido pela UCCLA, “uma

organização discreta e eficaz”, no apoio dado aos imigrantes e filhos de imigrantes oriundos de países de língua oficial portuguesa que procuram emprego em Portugal. A iniciativa chama-se Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA) e nasceu de um protocolo assinado em 1999 entre a UCCLA e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).- **Fonte: Gab. Press. CML**



Celorico de Basto: homenagem a Marcelo Rebelo de Sousa

## Durão Barroso presente na inauguração da biblioteca que tem o nome do Professor Marcelo Rebelo de Sousa

O primeiro-ministro, Durão Barroso, descerrou no dia 21, em Celorico de Basto, uma placa com a designação Biblioteca Municipal de Celorico de Basto - Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.

De acordo com a autarquia, cuja assembleia municipal é presidida pelo ex-líder do PSD, a designação «reconhece o alto mérito» do autarca e «os enormes benefícios que resultam do seu grande amor à terra onde tem as suas origens». Para além de ter «beneficiado com ajudas financeiras, associações e outras entidades que lhe têm solicitado ajuda», Rebelo de Sousa «muito tem contribuído para o enriquecimento da Biblioteca, através da doação de milhares de livros, manuscritos e publicações diversas».

No final da cerimónia, o Primeiro-Ministro, anunciou que o Governo vai lançar um nó de ligação da auto-estrada A7 a Gandarela, em Celorico de Basto.

“Estão já a decorrer os necessários estudos e contactos, tendo em vista as negociações entre o Estado e a empresa concessionária”, disse, afirmando que espera que a obra arranque até ao final da presente legislatura.

O chefe do Governo deu assim respostas aos anseios e pedidos nesse sentido, do presidente da Câmara e da Assembleia Municipal, Albertino Mota e Marcelo Rebelo de Sousa, os quais tem defendido que o concelho não pode ficar isolado numa via principal, que o atravessa mas à qual não tinha qualquer acesso directo.

Durante a sessão o Chefe do Governo também firmou um protocolo com vista ao apoio do Estado à construção do Centro Documental e Bibliográfico que tem o nome do conhecido comentador político, anexo à Biblioteca local.

Durão Barroso aproveitou para anunciar o arranque, “muito em breve”, do Programa de Recuperação das Áreas e sectores Deprimidos do país, o qual resulta de um estudo sobre o assunto realizado pelo economista e antigo ministro Daniel Bessa.

Durão Barroso afirmou que “mesmo nas regiões mais atrasadas do país, o atraso pode ser vencido através da inovação, iniciativa e liderança local, considerando que “Celorico de Basto é um bom exemplo da cooperação entre o poder central e o poder local, permitindo desenvolver o concelho”. - **Fonte e fotos: Gab. Câmara Celorico Basto.**



“Estes três vectores devem ser a base de desenvolvimento do interior do país”, referiu, manifestando-se crente na capacidade de Portugal vencer o atraso face aos restantes países da União Europeia.

O presidente da Câmara, Albertino Mota e Silva, criticou o anterior governo do PS, por ter lançado a auto-estrada entre Guimarães e Chaves, sem construir uma ligação a Celorico e lembrou que as promessas governamentais nesse sentido datam de 1984, quando do fecho da linha férrea do Vale do Tâmega.

“O povo celoricense clama por justiça, por justiça para a sua terra”, declarou, assinalando que a zona alta do concelho ficaria sem ligações condignas ao litoral, apesar de atravessada pela auto-estrada, o que significaria a manutenção do seu subdesenvolvimento.

Em contraste, o actual Governo, apesar das dificuldades financeiras, tem feito obra e correspondido a anseios das populações do interior menos desenvolvido - **Fonte: Lusa**

## PSD/Açores comunica ao Ministério Público indicações de gestão irregular no Governo Regional dos Açores

O PSD/Açores anunciou no fim do mês passado que vai dar conhecimento ao Ministério Público da gestão de dinheiros públicos de “duvidosa legalidade” na secretaria regional da Habitação e Equipamentos açoriana.

Em causa estão as declarações no parlamento açoriano do secretário do sector, José Contente, que reconheceu que o Governo socialista está a fazer obras na via rápida da ilha Terceira “com créditos” que possui sobre empresas de construção civil, resultantes de trabalhos a menos de anteriores empreitadas.

Na discussão do Plano e Orçamento na última semana, José Contente considerou esta prática “perfeitamente normal”, uma vez que as empresas devem à região “uma determinada extensão de quilómetros de estrada”.

Em conferência de imprensa, o secretário-geral social-democrata, José Manuel Bolieiro, salientou a necessidade de “apurar com rigor” o procedimento em que “se envolveu o secretário regional para constituir os citados créditos e proceder à sua liquidação”.

Para isso, o PSD/Açores enviou ao Ministério Público as declarações proferidas por José Contente na Assembleia Regional e o relatório do Tribunal de Contas (TC) relativo à auditoria da reconstrução das ilhas atingidas pelo sismo de 1998, assegurou José Manuel Bolieiro.

Segundo o deputado do PSD, as conclusões do documento do TC “deixam claro uma acção governativa irregular e uma gestão administrativa na gestão de dinheiros públicos de duvidosa legalidade”.

O PSD dos Açores espera, assim, ser “integralmente esclarecido sobre a legalidade daquelas práticas de administração financeira e saber das responsabilidades” que daí possam resultar, disse José Manuel Bolieiro. - **Fonte:Lusa**

# Conselho de Ministros

## Luta internacional contra a criminalidade

O Conselho de Ministros, na reunião do passado dia 23, aprovou 17 diplomas, o primeiro dos quais é uma Proposta de Resolução que aprova, para ratificação, a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, o Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças e o Protocolo Adicional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea, adoptados pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 15 de Novembro de 2000

A presente Convenção e os seus Protocolos Adicionais visam a promoção da cooperação entre os Estados Partes para prevenir e combater mais eficazmente a criminalidade organizada transnacional. Para isso, os Estados Partes criminalizarão certos comportamentos, como a corrupção, o branqueamento de bens ou produtos, o tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças, ou o tráfico de migrantes. Prestarão, também, reciprocamente todo o auxílio judiciário possível no âmbito de investigações, processos e outros actos relativos às infracções previstas pelo presente instrumento convencional e seus Protocolos, designando uma autoridade central, competente para receber pedidos de cooperação judiciária e para os executar ou transmitir às autoridades competentes para a execução, de modo a que os mecanismos adequados sejam accionados com maior facilidade e rapidez

## Criado o Conselho Nacional de Segurança Social

Com este diploma, o Governo cumpre o disposto no artigo 116.º da Lei n.º 32/2002 (Lei de Bases da Segurança Social), criando o Conselho Nacional de Segurança Social e ajustando a respectiva composição à nova realidade do Conselho Económico e Social e da Comissão Permanente de Concertação Social. Alarga também a participação nesta estrutura às Regiões Autónomas, às autarquias, às instituições de solidariedade social e às famílias, visto que todos eles são igualmente intervenientes e beneficiários do sistema de segurança social, sendo essencial que se assegure a representatividade de todos quantos se relacionam com o referido sistema, independentemente da condição em que o façam.

## Transposições para a ordem jurídica nacional de directrizes da UE e da Comissão Europeia

Por Decreto-Lei são transpostas para a ordem jurídica nacional as **Directivas 2003/5/CE, 2003/31/CE, 2003/68/CE, 2003/79/CE e 2003/84/CE**, da Comissão, respectivamente, de 10 de Janeiro, de 11 de Abril, de 11 de Julho, de 13 de Agosto e de 25 de Setembro, relativas à inclusão das substâncias activas deltametrina, 2,4-DB, beta-ciflutrina, ciflutrina, iprodiona, linurão, hidrazida maleica, pendimetalina, trifloxistrobina, carfentrazona-etilo, mesotriona, fenamidona, isoxaflutol, Coniothyrium minitans, flurtamona, flufenacetate, iodossulfurão, dimetenamida-P, picoxistrobina, fostiazato e siltiofame, na Lista Positiva Comunitária.

A inclusão destas 21 substâncias activas na Lista Positiva Comunitária propicia à agricultura nacional o acesso a produtos mais seguros para o utilizador, para o consumidor e para os ecossistemas agrícolas, garantindo-se, como consequência, a saúde dos trabalhadores agrícolas, a segurança alimentar e a defesa do ambiente.

Também por Decreto-Lei é transposta para a ordem jurídica nacional a **Directiva 2003/52/CE do Parlamento Europeu e do Conselho**, de 18 de Junho de 2003, que altera a Directiva 95/2/CE no que respeita às condições de utilização do aditivo alimentar E 425 konjac

A publicação deste diploma obrigará à substituição do aditivo E 425 konjac no fabrico de produtos de confeitaria à base de gelatina, incluindo as mini-embalagens de gelatina.

Outra transposição para a ordem jurídica nacional é a da **Directiva 2001/85/CE do Parlamento Europeu e do Conselho**, de 20 de Novembro de 2001, aprovando o “Regulamento Sobre Disposições Especiais Aplicáveis aos Automóveis Pesados de Passageiros”

O presente Decreto-Lei, apesar de ter como objectivo principal garantir a segurança dos passageiros, prevê prescrições técnicas que facilitem o acesso das pessoas com mobilidade reduzida aos veículos abrangidos pelo Regulamento que é aprovado, em consonância com a política de transportes e a política social da U.E. e, simultaneamente, regulamenta o Código da Estrada no que a esta matéria se refere

Sempre nas acções de transposição para a ordem jurídica nacional, foi efectuada a da **Directiva 2003/19/CE da Comissão**, de 21 de Março de 2003, aprovando o “Regulamento Relativo às Massas e Dimensões de Determinadas Categorias de Automóveis e Seus Reboques”

Este Decreto-Lei procede à transposição da referida Directiva, pois é

necessário uma harmonização completa relativa às massas e dimensões de determinadas categorias de automóveis e seus reboques, garantindo simultaneamente um elevado nível de segurança do público.

## Programa de Prevenção da Criminalidade e Inserção dos Jovens dos Bairros mais Vulneráveis dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal

Uma Resolução do Conselho de Ministros prorroga, até 31 de Março de 2004, o período de duração do “Escolhas - Programa de Prevenção da Criminalidade e Inserção dos Jovens dos Bairros mais Vulneráveis dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal”, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de Janeiro

O Governo, consciente da importância da existência de condições que permitam continuar a intervir, articulando iniciativas das diversas entidades e agentes locais, junto dos jovens provindos de contextos sócio-económicos mais desfavoráveis e problemáticos, entende dever dar continuidade às acções que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito do Programa Escolhas, dando-lhe claramente um novo impulso e dinâmica, designadamente, através da futura integração no Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Neste sentido, e tendo em vista permitir a implementação do novo modelo sem pôr em causa o regular funcionamento das acções e projectos que devam ter continuidade, é prorrogado o período de duração do Programa Escolhas, até 31 de Março de 2004.

## Projecto de desenvolvimento, organização e funcionamento de alguns Ministérios

Ainda por Resolução do Conselho de Ministros é criada na dependência do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro um grupo de trabalho que tem por objectivo submeter à apreciação do Governo um projecto de desenvolvimento, organização e funcionamento de alguns Ministérios.

Consciente de que uma parte dos serviços de alguns Ministérios ainda não apresenta condições ideais de funcionamento - porque dispersos, localizados em zonas antigas, com dificuldades de acesso, não enquadradas em conjuntos urbanísticos coerentes com a sua utilização -, o Governo pretende de uma forma planeada e coerente encontrar soluções que, simultaneamente, promovam a qualidade das condições de trabalho dos seus funcionários e a qualidade de acesso e comodidade dos cidadãos, mas que conduzam também a uma redução de custos de funcionamento, proporcionando ganhos de produtividade.

Impõe-se a oportunidade de transformar, reabilitar e recriar edifícios e espaços urbanos, através da sua maior fruição por parte dos cidadãos, assegurando que a cidade dispõe do correcto equilíbrio urbano e ambiental e harmonizando o espaço global e integrado que é a cidade de Lisboa.

O novo conceito de organização e funcionamento de alguns Ministérios que o Governo se propõe levar à prática faz parte integrante de um programa mais vasto que compreende a essência de focalizar toda a actuação no cidadão, através da realização das suas necessidades, com qualidade e eficácia no seu atendimento, o qual só se poderá concretizar por via de uma maior eficiência dos serviços públicos.

Neste sentido, o Conselho de Ministros determinou hoje a constituição de um Grupo de Trabalho, na dependência do Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, que tem por objectivo submeter à apreciação do Governo uma proposta de concretização de um projecto de desenvolvimento do novo conceito de organização, instalação e funcionamento de alguns Ministérios.

## Alargada a aplicação da Lei nº 9/2002

Foi aprovada uma Proposta de Lei que altera o âmbito de aplicação pessoal da Lei nº 9/2002, de 11 de Fevereiro, que regula o regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de ex-combatentes, para efeitos de aposentação e reforma.

O presente diploma visa alargar a aplicação da Lei nº 9/2002, aos ex-combatentes emigrantes, bem como àqueles que não sejam subscritores da Caixa Geral de Aposentações, nem beneficiários do regime de pensões do sistema público de segurança social, designadamente bancários, advogados, solicitadores e jornalistas, de forma a evitar desigualdades que importa corrigir

## Taxas a pagar pelos particulares ao IEP - Instituto das Estradas de Portugal

Um Decreto-Lei actualiza as taxas constantes do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 13/71, de 23 de Janeiro, que incidem sobre as taxas a pagar pelos

# Conselho de Ministros

particulares ao IEP - Instituto das Estradas de Portugal, devidas pela emissão das autorizações ou das licenças a que se refere o Decreto-Lei n.º 13/71, encontram-se desactualizadas, na medida em que já não se procede à sua adequação à evolução monetária há mais de duas décadas.

Assim, decorridos quase 21 anos sobre esta última actualização, o Decreto-Lei agora aprovado vem actualizar os valores dessas taxas, de acordo com os coeficientes de desvalorização da moeda anualmente aprovados pelo Ministério das Finanças

## Alienação parcial do capital social da sociedade Serviços Portugueses de Handling, S. A.

Uma Resolução do Conselho de Ministros altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2003, de 3 de Novembro, que aprovava a alienação de um lote indivisível de acções nominativas, do capital social da sociedade Serviços Portugueses de Handling, S. A., a realizar mediante concurso público internacional, e o respectivo caderno de encargos

A Resolução hoje aprovada visa alterar o caderno de encargos anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2003, de 3 de Novembro de 2003, que rege o concurso público internacional que procede à alienação pela TAP, SGPS, S.A., de um lote indivisível de acções nominativas, do capital social da sociedade SPdH, S.A. Esta alteração consiste na fixação de novo termo do prazo para entrega das propostas pelos concorrentes, até ao dia 22 de Janeiro de 2004.

## Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil

Por Deliberação do Conselho de Ministros foi aprovado o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil.

Tendo em vista a harmonização do direito interno com as exigências e práticas recomendadas pela OACI - Organização da Aviação Civil Internacional, e com o Regulamento (CE) n.º 2320/2002, do Parlamento e do Conselho, relativo ao estabelecimento de regras comuns no domínio da segurança da aviação civil, e o Regulamento (CE) n.º 622/2003, da Comissão, a presente Deliberação aprova o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil que reconhece, desde logo, as constantes e crescentes preocupações com o problema da segurança do transporte aéreo.

## Teatro Nacional D. Maria II

Um Decreto-Lei transforma o Teatro Nacional D. Maria II em sociedade anónima de capitais públicos e aprova os respectivos Estatutos

A figura do Instituto Público tem-se revelado limitativa e frequentemente incompatível com a gestão de natureza empresarial baseada em pressupostos de eficácia, racionalidade e competitividade que se pretende ver prosseguida nos teatros portugueses, designadamente no que respeita a actividades acessórias. De facto, muitas das limitações e constrangimentos que, progressivamente vêm reduzindo autonomias e limitando competências a nível daqueles organismos, não advêm exclusivamente dos respectivos estatutos orgânicos, mas, sobretudo, de legislação posterior que, embora não direccionada especificamente para este sector de actividade, não deixa de lhe ser aplicável, atenta a referida natureza de instituto público, sem, no entanto, tomar em linha de conta as especificidades do sector e, designadamente, aquela vertente empresarial que deverá caracterizar a respectiva gestão.

O manifesto desajustamento da actual estrutura de funcionamento do TNDM e os problemas e constrangimentos institucionais detectados, face às necessidades, dinâmica e exigência culturais, assim como à especificidade de requisitos próprios de um organismo de produção artística, determinam a sua reestruturação, no sentido de conferir ao TNDM os meios adequados ao pleno cumprimento do serviço público que legitima a sua existência.

Daí que o proposto e inadiável objectivo de se conferir aos organismos culturais e maxime, teatrais, instrumentos adequados a uma gestão mais dinâmica e flexibilizada, só possa ser globalmente atingido se se avançar com a própria alteração do actual modelo estatutário - o que agora se faz através do presente Decreto-Lei - para o de uma figura jurídica mais consentânea com esse mesmo objectivo, no caso, uma sociedade anónima de capitais públicos, cujo capital social será detido pelo Estado.

Instituem-se ainda mecanismos que asseguram uma maior transparência e ligação à comunidade em que o teatro se insere, fazendo-a intervir na definição das linhas de actuação e na apreciação dos respectivos planos e relatórios

## Orgânica da Inspeção-Geral das Actividades Económicas (IGAE)

Por Decreto-Lei é aprovada a orgânica da Inspeção-Geral das Actividades

Económicas (IGAE).

O presente Decreto-Lei introduz um modelo de organização mais flexível e desconcentrado com vista à melhor prossecução das atribuições da IGAE, visando, simultaneamente, adaptar este organismo ao novo modelo orgânico constante do Decreto-Lei n.º 186/2003 (lei orgânica do Ministério da Economia).

Das medidas previstas no diploma aprovado, destacam-se: - O ingresso nas competências de fiscalização da IGAE de áreas que até aqui eram da competência da Direcção-Geral do Turismo e das Direcções Regionais do MEC; (importa sublinhar que a esfera de competências da IGAE encontra-se actualmente disseminada em cerca de 500 diplomas legais);

A previsão de um novo modelo de organização desconcentrada que, caracterizado por uma maior flexibilidade estrutural, pretende facilitar a afectação dos recursos humanos da IGAE, em torno de dois aspectos:

a) criação de unidades em determinadas matérias por despacho do inspector-geral, como instrumento facilitador da optimização da fiscalização;

b) criação (e extinção) em determinadas áreas geográficas de serviços desconcentrados, por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Economia.

## Elegibilidade dos consumidores de energia eléctrica

Por Decreto-Lei é estabelecido o alargamento do conceito de elegibilidade aplicável aos consumidores de energia eléctrica

Este Decreto-Lei consagra a elegibilidade de todos os consumidores de energia eléctrica, com excepção dos consumidores de energia eléctrica em Baixa Tensão Normal (BTN). A partir de 1 de Janeiro de 2004, os consumidores elegíveis poderão escolher livremente o seu fornecedor de energia eléctrica, através da obtenção do estatuto de cliente não vinculado, nos termos previstos no artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 182/95.

Esta é mais uma medida de aproximação progressiva à nova lei de bases do sector eléctrico, diploma que corporizará não só a Directiva do Mercado Interno da Electricidade da União Europeia, mas também os princípios estabelecidos no Protocolo de Colaboração entre as Administrações Espanhola e Portuguesa para a Criação do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL).

## Desenvolvimento turístico do Vale do Douro

Por Resolução do Conselho foi nomeado o encarregado de missão para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro

A presente Resolução concretiza as medidas necessárias para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, estabelecidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2003, designadamente, nomeando o encarregado de missão (Dr. Arlindo Marques da Cunha), estabelecendo a composição e funcionamento da comissão de acompanhamento de apoio e assistência técnica ao encarregado de missão e fixando o prazo para a apresentação do referido plano.

## Sistema de preços de referência para efeitos de comparticipação pelo Estado no preço dos medicamentos

Finalmente um Decreto-Lei prorroga até 31 de Dezembro de 2004 o prazo previsto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 270/2002, de 2 de Dezembro, que estabelece o sistema de preços de referência para efeitos de comparticipação pelo Estado no preço dos medicamentos

O Decreto-Lei n.º 270/2002, consagrou uma majoração de 25% sobre o preço de referência para os utentes do regime especial, até 31 de Dezembro de 2003, atentas as maiores dificuldades, por parte destes utentes, de adaptação às alterações introduzidas no sistema de comparticipação de medicamentos.

Embora seja possível neste momento registar já uma significativa evolução no sentido do aumento da utilização de medicamentos genéricos por parte dos utentes, consubstanciada no aumento da prescrição e dispensa destes medicamentos, a par do decréscimo da utilização e do preço dos medicamentos similares de marca, importa considerar novas acções que promovam o alargamento da utilização do medicamento genérico, as quais estão ainda em estudo.

Assim, enquanto tais medidas não se encontram implementadas, julgou o Governo oportuno prorrogar por mais um ano a aplicação da referida majoração.





Assinado o Contrato de Investimento entre o Estado Português e a AutoEuropa

## O contributo para o PIB é superior a 735 milhões de Euros

Realizou-se no passado dia 30 de Dezembro, às 12h00, a cerimónia de Assinatura do Contrato de Investimento entre o Estado Português, representado pela Agência Portuguesa para o Investimento (API) e a VW Autoeuropa.

Este contrato prevê a realização de um projecto de investimento, ao abrigo do Regime Contratual de Investimento, que visa a adaptação e reestruturação da unidade industrial da Volkswagen em Palmela.

O montante deste investimento é de cerca de 600 milhões de Euros, dos quais 12 milhões se destinam a formação profissional.

Este projecto visa promover a competitividade, qualidade e flexibilidade necessárias à produção de veículos automóveis, e à diversificação dos modelos produzidos, e contribuir para o desenvolvimento de um sector estratégico através de incorporação de tecnologia inovadora e novos processos de fabrico.

A cerimónia teve lugar no Ministério da Economia, em Lisboa e foi presidida pelo Primeiro-Ministro.

*O Ministro da Economia, na assinatura do contrato, teve ocasião de proferir um discurso no qual deu as indicações sobre o significado do acto, afirmando:*

«O contrato que acaba de ser assinado fecha com chave de ouro um ano que foi particularmente difícil para o investimento directo estrangeiro em todo o Mundo, mas que foi, sem dúvida um ano ganho para o investimento estruturante em Portugal.

«Numa conjuntura muito difícil, foi com grande determinação que o Governo assumiu a tarefa de tornar de novo Portugal num país atractivo e competitivo para investir e produzir. A criação da API, há cerca de um ano mostrou bem a nova forma de abordar a promoção do investimento produtivo.

«Hoje, podemos dizer que a API é uma aposta ganha. Em 2003 assinou 41 contratos, correspondentes a cerca de 1.200 milhões de euros de investimento; tem em análise mais de uma centena de projectos de investimento – nacionais e estrangeiros – correspondentes a cerca de 2.500 milhões de euros; trabalha 56 intenções de investimento no montante de cerca de 3.500 milhões de euros.

«E não ficou à espera dos investidores: realizou 330 visitas a investidores, dos quais 270



### O Primeiro-Ministro e o Ministro da Economia brindam com o DG da Autoeuropa, Emile Saenz, após a assinatura do contrato

estrangeiros.

«Mas os sinais positivos sobre o investimento não se limitam ao âmbito da API. Os projectos aprovados em 2003 através do IAPMEI no Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial do PRIME representam um montante global de investimento de cerca de 770 milhões de euros. Estamos, assim, a falar de cerca de 2.000 milhões de euros de investimentos aprovados ou contratados em 2003, sem falar no sector do Turismo.

### O investimento Directo Estrangeiro aumentou cerca de 12% nos dez primeiros meses de 2003, face a 2002.

«O próprio comportamento do investimento realizado apresenta já sinais positivos. Em especial, o investimento Directo Estrangeiro, na sua componente produtiva – ou seja o dirigido ao capital de empresas – contrariou a tendência mundial: o seu valor líquido (corrigido dos movimentos anormais de natureza puramente financeira) aumentou cerca de 12% nos dez primeiros meses de 2003, face a 2002.

«E as contas nacionais do terceiro trimestre mostram já uma variação

homóloga positiva do investimento total em máquinas e equipamentos (cerca de 2%).

«Estes resultados permitem antecipar com segurança um relançamento da economia nos próximos anos. Só para se ter uma ideia, os projectos contratados e aprovados pela API e pelo IAPMEI – deverão produzir, nos próximos 5 anos, um valor acrescentado novo da ordem dos 4 mil milhões de euros, que se adicionam ao produto criado pela própria realização dos investimentos.

«Estes factos mostram também que o relançamento da economia será impulsionado pelo investimento gerador de mais produtividade e mais competitividade, que vão arrastar também mais exportações.

«Estes resultados mostram, finalmente, que as medidas já adoptadas estão a restaurar de forma gradual mas sólida a atractividade do nosso País.

«Hoje, temos mais e melhor regulação da concorrência. Temos um regime fiscal mais amigo das empresas: com a descida da taxa de IRC; a Reserva Fiscal para Investimento; a eliminação do Imposto Successório e do Imposto de Successões e Doações por avença. Temos um regime contratual de investimento flexível. Temos um programa de incentivos que privilegia

a retribuição do mérito e a partilha de risco. Temos um novo Código do Trabalho.

«Temos novos processos de criação e licenciamento de empresas, que poupam tempo e energia aos investidores. Temos um mercado da energia de dimensão ibérica em construção, que vai assegurar melhores preços e qualidade de serviço.

«Os investidores estão a reconhecer esta mudança. Porque as decisões de investimento que estão a ser tomadas são racionais e fazem o “benchmarking” permanente com os nossos competidores.

«Também a Volkswagen tomou seguramente a sua decisão com base nas vantagens do nosso País face a destinos alternativos. E não quero deixar de salientar a primeira razão apontada pelo Presidente do Grupo quando em 16 de Junho anunciou este investimento: a qualidade da mão de obra.

«É muito gratificante registar que já não é o custo mas a qualidade da mão de obra que é invocada como factor de decisão. Isso está claramente reflectido na evolução e nos níveis de produtividade da Autoeuropa, que estão no topo das unidades do Grupo. O que mostra bem que o nosso défice de produtividade não é intrínseco a Portugal ou aos trabalhadores portugueses e que podemos e devemos

Contrato Estado Português/ AutoEuropa (concluí)

## Carlos Tavares afirma que a VW privilegiou a alta qualidade dos trabalhadores portugueses



**Durão Barroso e Carlos Tavares, na visita à Autoeuropa, no Verão passado, em companhia do presidente da Volkswagen**

ambicionar atingir o desempenho dos melhores.

«Mas outros factores pesaram, certamente, nesta decisão de investimento. Para poder destacar três desses factores. Em primeiro lugar, o nosso compromisso com a redução dos impostos sobre as empresas constituem já um argumento competitivo de largo alcance. Em segundo lugar, a qualidade e a competitividade dos fornecedores portugueses. Estes representam 55% do valor dos veículos produzidos em Portugal e asseguram fornecimentos anuais de mais de mil milhões de euros.

«O que mostra também o contributo do projecto Autoeuropa para o desenvolvimento do “cluster” automóvel e para a modernização da nossa indústria de componentes. Este sector tem registado progressos assinaláveis, com claro reforço da componente inovação e da qualificação da produção nacional.

### Cumprir compromissos e resolver problemas

«O terceiro factor que creio poder destacar é o da estabilidade e fiabilidade governativas. Antes de mais, com a determinação permanente de reduzir custos de contexto. Exemplos concretos são a preocupação com os custos da electricidade, com as acessibilidades; o apoio ao projecto da Academia de Formação de que a Autoeuropa é um dos promotores, juntamente com a Siemens e a Bosch. Mas também em aspectos aparentemente tão normais

como sejam os de cumprir compromissos e resolver problemas..

«Problemas tão simples como o de garantir a adequada sinalização de uma unidade que assegura 8% das exportações portuguesas. Cumprir compromissos como o de eliminar a discriminação negativa nas portagens de veículos produzidos em Portugal.

«E porque este tema tem sido tratado de forma nem sempre correcta, quero reafirmar aqui o compromisso de eliminar tal situação em 2004. Isso será feito de forma rigorosa, em concertação com os concessionários sem dar lugar a quaisquer aproveitamentos injustificados. O que não aceitamos é a criação de custos de contexto ou desincentivos àqueles que apostam no nosso País e nele criam emprego e riqueza.

«O contrato de investimento hoje assinado vai reforçar o projecto Autoeuropa, garantindo mais valor acrescentado e mais estabilidade. Não posso deixar de recordar que ainda há cerca de um ano não faltava quem pusesse em causa a continuidade do projecto Autoeuropa em Portugal. Hoje foi assinado um contrato de 600 milhões de euros apenas seis meses após o anúncio da decisão de investir o que mostra bem a nossa forma de trabalhar neste domínio.

«Dos cerca de 600 milhões de euros do investimento 440 milhões serão realizados já em 2004, dando um impulso imediato ao investimento na economia portuguesa. À riqueza criada pela simples realização do investimento, adiciona-se o valor acrescentado produzido, que nos próximos cinco anos deverá atingir

cerca de 480 milhões de euros. Será também um contributo para o aumento das exportações, na medida em que 95% da produção será exportada.

«As exportações são outra variável-chave do relançamento económico. E se os grandes projectos internacionais como este são essenciais, não esqueçamos de modo algum a importância da base fundamental do tecido económico português, que são as PME.

«Hoje, depara-se-nos uma elevada concentração; das 17 mil empresas exportadoras, as 100 maiores representam cerca de 50% das nossas exportações. Por isso, entre os objectivos da política económica neste domínio, está o de alargar a base exportadora nacional, promovendo o aumento do número de empresas que exportam de forma significativa e continuada.

«Não cabe aqui hoje detalhar a forma como vamos apoiar a realização deste objectivo de maior afirmação das PME nos mercados de exportação.

«Mas vale a pena sublinhar que, ao incentivar projectos como a Autoeuropa, o Governo está a contribuir também para o crescimento e a consolidação do segmento das PME e para a economia portuguesa como um todo».

O primeiro-ministro português, Durão Barroso, previu terça-feira que a recuperação económica virá em 2004 “de forma lenta e gradual” e o desemprego vai manter-se como o problema mais grave para o país. - **Gab. Press. Min.**

### Durão Barroso encerra a cerimónia

Já no final da cerimónia, o Primeiro-Ministro, num breve improviso salientou que a recuperação económica poderá não sentir de imediato no consumo privado mas “o pior já terá passado”.

Recordou que o investimento da AutoEuropa, que no próximo ano ascenderá a 440 milhões de euros, contribuirá também para a recuperação da economia.

Para Durão Barroso, o governo tem estado “a fazer o trabalho de casa” e não ficou à espera da retoma internacional, salientando que para o país ter investimentos nos próximos anos foi preciso trabalhar em 2002 e 2003.

hoje que a recuperação económica virá em 2004 “de forma lenta e gradual” e o desemprego vai manter-se como o problema mais grave para o país.

### A Auto-Europa vai ser o caso inicial das novas medidas financeiras de reserva fiscal

A Autoeuropa vai ser a primeira empresa sediada em Portugal a beneficiar da legislação que criou a “reserva fiscal” – incentivos ao investimento, que permitem a retenção de uma parte dos impostos devidos ao Estado.

A VW vai aceder a esses incentivos fiscais graças à autorização que permite às empresas reterem, entre 2003 e 2006, 20 por cento da colecta, desde que a utilizem em investimentos ou em despesas de investigação e desenvolvimento nos dois anos seguintes. A empresa receberá como incentivos financeiros a parcela de apoios que a reserva fiscal não preencher, razão pela qual os montantes dos incentivos não se encontram ainda definidos.

O contrato agora assinado prevê que a empresa destinará 12 milhões de Euros para a formação de profissionais na introdução das novas tecnologias necessárias à produção de novos modelos, nomeadamente a soldadura “laser” e a mecatrónica.

O projecto de investimento, cujo contrato agora foi assinado, fica cerca de 100 milhões de Euros acima do previsto há alguns meses pelo presidente da VW, Bernd Pischetsrieder, quando se deslocou a Palmela no Verão passado e terá um impacto positivo no Produto Interno português de 485 milhões de Euros líquidos, entre 2004 e 2008. O mesmo cálculo para o período 2004-20011 (sendo este o ano do termo do contrato actualmente assinado) é de 723,5 milhões de Euros líquidos.

A Volkswagen prevê que 95 por cento da produção serão destinados à exportação. O Conselho de Administração aprovou para a fábrica portuguesa – considerada uma das mais eficientes e produtivas do Grupo – a fabricação de dois novos modelos, aguardando-se o anúncio oficial de quais eles serão, prevendo-se para muito breve a definição do primeiro, ficando o segundo para algum tempo depois.

O Director-Geral em Portugal, Emile Saénz espera que o anúncio da casa-mãe seja feito no primeiro trimestre de 2004 e a entrada em produção em 2006, a par da manutenção da produção de monovolumes, que têm sofrido pequenas modificações para os manter actualizados naquele segmento do mercado. - **Fontes: Lusa, Público**





1º Congresso da Imigração

# O Ministro da Presidência aponta as mais-valias que podem resultar da Imigração

Promovido pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, realizou-se nos dias 18 e 19 de Dezembro, na fundação Calouste Gulbenkian, o 1º Congresso sobre a Imigração, tendo por tema «Diversidade, Cidadania e Integração».

A importância deste evento, que pretendeu ouvir especialistas, políticos e intelectuais a abordar e discutir o fenómeno social que representa a presença num país dum número substancial de estrangeiros, que nele procuram fazer a sua vida, em condições mais vantajosas do que as disponíveis nos seus países de origem, é por si própria evidente.

Portugal, que foi durante séculos um país de emigração é agora, igualmente um país de acolhimento de imigrantes. De África, do Brasil, dos países do Leste europeu, chegam-nos milhares de pessoas, com as suas características próprias, as suas necessidades e a sua dignidade, o desejo de melhorar a vida, de trabalhar – na esmagadora maioria.

Como recebê-los, como integrá-los, como aproveitar o seu contributo para o nosso tecido social, como resolve os problemas inevitáveis que pontualmente vão surgindo?

Estas são preocupações do Governo de Portugal e do seu Alto Comissariado para a Imigração. Daí, este 1º Congresso, que reuniu personalidades como o Prof. Doutor Braga da Cruz, o Comissário Europeu António Vitorino, o Director-Adjunto do Instituto de Políticas de Imigração dos Estados Unidos, Demetrios Papademetriou, Jorge Vala, João César das Neves Adriano Moreira e muitos outros.

A intervenção de fundo da abertura do Congresso, pertenceu ao Ministro da Presidência, que exerce a tutela do Alto Comissariado, Nuno Morais Sarmento, que teve um discurso reflexivo, profundo e que, desde o início do Congresso, iria balizar praticamente todos os trabalhos e cujo texto reproduzimos na íntegra. Disse Nuno Morais Sarmento:

## Intervenção do Ministro da Presidência

Parar para pensar a Imigração é o desafio que congrega os participantes deste Congresso. Um desafio que ganha particular importância quando se trata de enfrentar um fenómeno que tem evoluído com extraordinária rapidez, mas ao qual nem sempre é dada a devida atenção. Uma falta de atenção que contrasta com a dimensão que esta questão actualmente assume.

Quando nos referimos à Imigração nos nossos dias, seja em Portugal e seja na Europa, já não falamos de uma

realidade marginal ou residual em relação ao conjunto da sociedade. Falamos sim duma realidade central na nossa vida colectiva. É urgente, por isso,



e com este pressuposto, pensar a Imigração.

Este é, de facto, o maior fenómeno demográfico que nos legou o milénio passado. Torna-se hoje um dos mais importantes desafios que a Europa tem pela frente.

Por isso e na abertura deste Congresso, gostaria de partilhar convosco algumas reflexões que espero possam ajudar ao enquadramento desta realidade.

Em primeiro lugar, creio que é óbvio para todos que uma imigração feliz, bem conseguida, com plena integração depende, tal como um casamento, de pelo menos duas vontades: a do povo que emigra e a do povo que acolhe. Sabemos que nenhum verdadeiro casamento se realiza apenas com a vontade de um dos cônjuges: a convivência no dia-a-dia tornar-se-ia insustentável e ninguém toleraria a permanência de tal situação. Também na imigração assim é. Se há pessoas que podem vir viver para a Europa e para Portugal, é porque nós, imigrantes e povo acolhedor, assim o desejamos e consentimos.

## A Imigração é também uma necessidade e um desejo do povo português

Fala-se muitas vezes, da Imigração como se de caridade miserabilista se tratasse. Nada mais errado! A Imigração é também, repito, uma necessidade e um desejo do povo português.

É certo que há hoje uma grande quantidade de pessoas que gostariam de viver na Europa e em Portugal – certamente mais do que aquelas que temos capacidade e queremos receber.

É certo também que grande parte dessas pessoas vêm à procura de melhores condições de vida. Nesse sentido, é verdade que nós temos muito para dar

Face a este quadro, entendemos que não há solução para o problema demográfico na Europa que não contemple também a necessidade de a abrir à imigração. Por isso afirmo claramente: A imigração tem que ser encarada como um dos eixos da vida social, económica e financeira da Europa e de Portugal.

A imigração não aparece porque existe uma política de imigração. Pelo contrário, a imigração surge como algo quase natural, que se impõe pela realidade e que não podemos ignorar.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É compreensível que o alcance da realidade a que nos referimos deixe alguns de nós muito surpreendidos. A Europa e Portugal foram historicamente povoadores. A América, grande parte da África, a Oceânia são continentes que foram povoados de modo substancial pelos europeus.

Portugal também foi um actor determinante nesse processo. Actualmente ainda somos um País com cerca de 5 milhões de pessoas a viver fora de Portugal, um número equivalente a quase metade dos que vivem no nosso território.

Sempre nos vimos como povo emigrante. Só há muito pouco tempo somos País acolhedor.

Para alguns esta mudança é vista como uma ameaça. Não negamos que haja riscos sociais e culturais associados a esta alteração que têm de ser devidamente ponderados. Mas acredito que devemos ver nesta inversão uma oportunidade.

Se países como os Estados Unidos da América ou a Austrália foram desenvolvidos sobretudo a partir do esforço e sacrifício de milhares e milhares de imigrantes, também nós saberemos contar com o contributo de todos aqueles que nos chegam dispostos a contribuir para o desígnio nacional.

Como dizia recentemente o Secretário-Geral das Nações Unidas, «se for dada a oportunidade aos Imigrantes de explorar ao máximo o seu potencial, a vasta maioria tornar-se-á uma mais valia para a sociedade».

Esta mudança de mentalidade, a percepção e a ponderação das questões culturais e sociais que lhe estão associadas, tem de ser encarada como prioritária.

O primeiro Congresso sobre a «Imigração em Portugal» é, por tudo isto, uma importante oportunidade para aprofundar este desafio com que nos deparamos. Estamos conscientes de que esta não é apenas uma temática interessante e estimulante; não é apenas uma reflexão importante no âmbito de mais um Congresso, é fundamentalmente um grande desafio que se coloca ao nosso País.

1º Congresso da Imigração (conclui)

# Ao Estado e ao Povo Português cabe desenvolver a integração dos imigrantes

Um desafio feito a partir dos imigrantes e dirigido para eles. Pensamos nas pessoas que vieram de longe e que nos são muitas vezes distantes. Este Congresso pretende ser mais um passo da nossa parte, dirigido às suas realidades, às suas dificuldades.

É mais uma maneira de podermos mostrar a todos que nos queremos aproximar, que queremos conhecer, estudar e partilhar, pensar e entender a realidade dos imigrantes.

**São fundamentalmente os desafios da integração da imigração com que nos devemos aqui debater**

Minhas Senhoras e Meus Senhores,  
São fundamentalmente os desafios da integração da imigração com que nos devemos aqui debater. Quando falamos de integração de imigrantes, estamos a assumir que há um esforço conjunto a fazer neste processo. Esforço de quem vem, mas também esforço de quem acolhe.

Não é exclusivamente aos imigrantes que cabe desenvolver um esforço de adaptação e inserção. É também ao povo português, a todas as forças da sociedade civil, às instituições do Estado que cabe desenvolver a integração dos imigrantes.

Como poderíamos nós desejar e permitir que imigrantes venham viver na Europa e em Portugal e não procurar criar simultaneamente condições para que o possam fazer com dignidade, em condições de cumprirem o seu desejo de uma vida mais feliz?

Em nome pessoal e do Governo, congratulo-me com o esforço sem precedentes que no último ano tem sido feito nesta área.

Não aceito, pois, um pretensão paternalista de quem julga ter o exclusivo das preocupações sociais como também não aceito aqueles que invocam tantas vezes os valores do humanismo e personalismo, sem depois os praticarem.

Porque os valores humanistas praticam-se, as políticas sociais executam-se. Não se podem ficar só pelas intenções. Política de imigração não é ter discursos bonitos e irrealistas. Também não é erguer falsas bandeiras de pretensão altruísta e humanitarismo, sem coerência, sem objectivos, sem qualquer tipo de ambição.

Sabemos que muito mais pode e deve ser feito, mas em boa hora quisemos traçar uma política de imigração.

Qualquer política e também a política de imigração tem que assentar em princípios e objectivos, uma vez



enunciados estes, na busca da sua concretização. Por isso, foi com base na nossa experiência colectiva e também na responsabilidade histórica de Portugal, que definimos alguns Princípios Orientadores das Políticas de Integração.

1. Em primeiro lugar e tal como tem sido afirmado repetidas vezes por este Governo, para uma política de integração efectiva e coerente dos imigrantes, é necessário assumir o combate à imigração ilegal. Assumimo-lo desde o início e mantivemo-lo. Não podemos tolerar o tráfico de seres humanos e a exploração de mão de obra de quem está mais vulnerável. Este combate será prosseguido.

O combate à imigração ilegal não nos impediu de garantir com coragem uma política humanista no que diz respeito à reunião familiar dos imigrantes.

Este é um combate de que nos orgulhamos, pois consideramos que o direito a viver em família é um direito essencial a ser concedido a todos os imigrantes em igualdade de circunstâncias.

Devo dizer a este respeito que vamos entrar no ano de 2004, dez anos depois de termos celebrado o Ano Internacional da Família, com a convicção de que estamos a pôr em prática uma política pró-família no quadro da imigração.

2. Por outro lado quisemos também delinear uma política de integração assente na valorização da diferença.

Recusamos, pois, o princípio da assimilação, segundo o qual os imigrantes deverão ser como nós para poderem viver entre nós.

Sabemos que todos temos a ganhar com uma sociedade heterogénea. O que nos une é o nosso destino, o objectivo para que nos dirigimos. Mais importante, pois, do que saber se viemos todos do mesmo local, é perceber para onde vamos. Todos.

E quero aqui realçar que contamos

com os imigrantes legais para a edificação de um novo Portugal. Todos estamos convocados e os imigrantes não serão excluídos.

3. Em terceiro lugar e na continuidade do que antecede, assumimos como um desafio a redução de conflitualidade e o combate da xenofobia. A este propósito importará dizer que permitir a entrada de um número de pessoas maior do que aquele que temos possibilidade de acolher e de integrar seria falta de senso e um contributo para uma conflitualidade social que a todos, repito a todos, prejudicaria.

Não temos o direito de criar falsas expectativas nem contribuir para o surgimento de fenómenos de xenofobia. Por isso as restrições à entrada de estrangeiros, vistas tantas vezes como desumanas, são na verdade e em nosso entender uma importante forma de contribuir também para a integração.

4. Mas para além disso, é certo que o acesso ao emprego é a forma mais eficaz de combater a exclusão. Para isso, apostamos no reconhecimento das habilitações e das competências e na necessidade de formação profissional contínua nas comunidades estrangeiras.

Queremos, além do mais, que a segunda geração se torne uma primeira prioridade na sociedade portuguesa, garantindo um acesso efectivo à educação e à saúde, mas também o acesso a oportunidades de formação de identidade e de realização pessoal. Só se o conseguirmos, cumpriremos plenamente e com coerência os objectivos a que nos propusemos.

Sabemos que são elevados, mas se não tivermos ambição não cumpriremos a nossa missão.

Senhor Presidente da Comissão Científica do Congresso,

Senhoras e Senhores congressistas,

A terminar, sendo este o primeiro congresso deste nível que se realiza em Portugal, compreendam que temos uma

enorme expectativa em relação à partilha dos vossos conhecimentos. Esperamos que possam contribuir para o futuro de uma maior integração dos imigrantes. Reconhecendo o que já se faz, apontando novos caminhos.

Qualquer política nesta área pretende-se que seja dinâmica e aberta a todos os contributos. A integração dos imigrantes não compete, na verdade, apenas ao Governo. Por isso, espero que este Congresso possa servir para incentivar o meio académico, as associações de imigrantes, as organizações não governamentais, as estruturas da igreja Católica e de outras igrejas, os representantes do poder local e outras forças da sociedade portuguesa a encararem o desafio da imigração como uma força positiva para Portugal.

Contamos com todos vós, para que os portugueses contem cada vez mais com os imigrantes!

Sabemos que a maneira como acolhermos os imigrantes, sobretudo num momento economicamente difícil, é, sem dúvida, um teste aos nossos valores e às nossas convicções.

Para mim, esta é uma questão apaixonante. O que mais me motiva são as pessoas, na sua individualidade, com os seus sonhos e derrotas, medos e coragem, alegrias e sofrimento.

Mais importante, para mim, sempre que a medida do sofrimento de uma pessoa dependa do nosso empenho - e aqui depende - não podemos ter hesitações. O nosso compromisso tem de ser total!

Muito Obrigado.

\*\*\*\*\*

*O Congresso terminou no dia 19, e teve seis Painéis, sobre "Políticas de Imigração", "a gestão da Diversidade", "Imigração e Desenvolvimento", "Dinâmicas de Integração, Estratégias e Protagonistas", "enquadramento Jurídico da Imigração" e "realidade da Imigração em Portugal, análise social, demográfica e geográfica". - Gab. Press. Min. Presidência e Alt. Comiss. Imigração*





Congresso da Justiça

# I Congresso da Justiça com a presença do Primeiro-Ministro

A fase final do I Congresso da Justiça, acontecimento que se reveste duma grande importância para o futuro de toda a Justiça portuguesa, terminou no passado dia 20, com a presença do primeiro-ministro, Durão Barroso.

Na Declaração de Princípios do Congresso, lida por Barata Moura, reitor da Universidade de Lisboa, onde decorreu a fase final do evento, juizes, magistrados do Ministério Público, advogados, solicitadores e funcionários judiciais, firmaram um documento com 19 pontos, no qual se apontam como pilares nucleares da Justiça a independência dos juizes, a autonomia do MP e a liberdade dos advogados e solicitadores, ao mesmo tempo que afirmam a indispensabilidade do reforço da formação destes protagonistas do panorama judicial.

Declararam ainda que "...para além das controvérsias suscitadas em torno da duração da prisão preventiva, preconiza-se a adequação do sistema prisional à natureza dos crimes imputados, sabendo-se da larga aplicação desta medida de coacção a consumidores de estupefacientes por delitos relacionados com este consumo".

Outro dos princípios acolhidos no Congresso vai no sentido de dizer que "não basta para uma boa decisão judicial uma boa defesa", sendo também preciso "uma investigação criminal de elevado rigor e qualidade técnica".

Exigem também que os poderes inspectivos sobre as polícias "voltem a ser feitos por uma magistratura" e que o sistema de escutas telefónicas possibilite o controlo efectivo por parte dos juizes.

Declararam igualmente que irão continuar a trabalhar em conjunto e que se colocam, de novo, à disposição do poder legislativo e do Governo no sentido de reexaminar o regime do segredo de justiça e outras matérias da justiça penal.

A finalizar, as profissões judiciárias reafirmam que "só o poder democrático legitimado, directa ou indirectamente, pelo voto dos cidadãos, é depositário do poder/dever de legislar e de governar" e por isso, "apelam ao poder político, no sentido de aperfeiçoar o sistema de justiça."



## A intervenção final de Durão Barroso: "Ninguém está acima da lei"

Na sua intervenção, o Primeiro-Ministro anunciou que o governo irá apresentar, até Março de 2004, propostas concretas relativas às escutas telefónicas, prisão preventiva e segredo de Justiça.

"O governo apresentará propostas em matéria penal e processual penal até ao final do primeiro trimestre de 2004, nomeadamente sobre escutas telefónicas, prisão preventiva e segredo de Justiça", garantiu Durão Barroso, estabelecendo o final do primeiro trimestre de 2004 como o "timing" para a concretização dessa promessa.

O chefe de Governo admitiu que existe actualmente "uma crise na Justiça" que, apesar de ter as suas causas no passado, tem as consequências "mais visíveis no presente", pelo que as respostas mais adequadas surgirão no futuro. Rejeitando a ideia de que a Justiça portuguesa tenha dois pesos e duas medidas, o primeiro-ministro sublinhou que "ninguém está acima

da lei", que a Justiça "age com total independência" e que se "aplica a todos", sem excepção.

"Não é possível, e muito menos admissível, que se reclame um dia que as instituições de Justiça funcionem para, logo a seguir, quando elas funcionam mesmo, se erguer um coro de dúvidas, suspeitas, protestos ou inquietações", sublinhou Durão Barroso.

O Primeiro-ministro acrescentou ainda que nos momentos em que a Justiça funciona, "como está a funcionar", a atitude só pode ser uma: a de estimular os seus responsáveis "a prosseguirem sem desfalecimentos na sua tarefa".

Referindo-se "aos últimos casos mediáticos da Justiça", Durão Barroso afirmou que a actuação do governo centrou-se em apelos à serenidade e ao respeito pelas instituições judiciais, além da recordação constante de princípios como a separação de poderes, o primado da Lei, a independência dos juizes e a presunção de inocência dos arguidos.

"Resistindo a todas as tentativas de contaminação política ou até partidária desses processos, o governo afirmou impecavelmente

esses princípios e, mais do que isso, teve mesmo de recorrer uma pedagogia de modo a informar sectores menos esclarecidos da opinião pública acerca daquilo que estava em causa e da imperiosa necessidade de absoluto respeito pela Justiça", afirmou o Primeiro-Ministro, numa outra referência ao processo da Casa Pia.

Elogiando o trabalho feito pela ministra da Justiça, Celeste Cardona, garantiu que a acção do governo neste sector assenta em "orientações estratégicas" e "princípios claros", tendo ainda apelado à coerência, serenidade e firmeza de convicções.

"É esta a minha orientação e dela não abdicarei. Se outras razões não existissem, é caso para dizer que já teria valido a pena ter sido Primeiro-Ministro se, quando um dia deixar este cargo, em Portugal for claro que a culpa deixou de morrer solteira, que a impunidade teve os seus dias contados, que os portugueses passaram a ter a certeza de que a Lei é mesmo igual para todos e a Justiça se aplica a todos os cidadãos", concluiu Durão Barroso.

- Fonte: Lusa



Mensagem de Natal do Primeiro-Ministro

# “O pior já passou e 2004 será um ano de recuperação”

O Primeiro-Ministro enviou na passada quinta-feira, uma mensagem de esperança aos portugueses, na qual garantiu que “o pior já passou” na economia nacional e que 2004 será um ano de recuperação “lenta e gradual”.

“A economia europeia já dá sinais de crescimento. Também em Portugal o pior já passou. E o novo ano será já um ano melhor. Um ano de recuperação”, afirmou Durão Barroso, na tradicional mensagem de Natal para o país, transmitida pela RTP1.

Referindo-se ainda às dificuldades que o país enfrenta, o primeiro-ministro afirmou que o desemprego constitui o “drama” que mais o preocupa, tanto no que respeita à falta de postos de trabalho, como também no que respeita às dificuldades dos jovens na busca pelo primeiro emprego.

O chefe do Governo aproveitou a sua mensagem de Natal para dirigir-se ao contingente da GNR no Iraque, afirmando que o país está orgulhoso do trabalho desenvolvido numa “missão de alto risco”.

Durão garante que o «pior já passou» e as suas palavras são consideadas pelos observadores como “optimistas” a condizer com a quadra natalícia. Depois de um ano de 2003 «muito difícil», o primeiro-ministro diz identificar já «alguns sinais positivos». Com a economia europeia a dar sinais de crescimento, Durão Barroso garante que «também em Portugal, o pior já passou».

Na tradicional mensagem de Natal ao País, emitida na noite de Natal na RTP1, o chefe do Executivo manifestou-se convicto que 2004 será «um ano de recuperação» para a economia portuguesa. Há «sinais de confiança e de esperança» que apontam nesse sentido, salientou. Apesar disso, deixou também um sinal de cautela no discurso, ao advertir que a retoma será «lenta e gradual», pelo que o próximo ano será ainda marcado por algumas dificuldades. Uma circunstância que não impede uma certeza do Primeiro-Ministro: «Estamos no caminho certo. Não tenho dúvidas de que, com muito esforço e dedicação, vamos vencer os desafios que temos pela frente.»

A favor desta convicção, Durão Barroso garantiu que o País está a caminho de uma recuperação «sólida e segura». Condição essencial, defendeu, para combater alguns dos problemas que mais afectam os portugueses. Para o primeiro-ministro só com crescimento económico se poderá «melhorar o poder de compra de cada família», mas também «aumentar mais as pensões de reforma» e prestar um melhor apoio às pessoas com deficiência.

Sobretudo, a retoma será essencial para combater o que Durão Barroso diz ser o «drama» que, pessoalmente, mais o preocupa: o desemprego. Criar novos postos de trabalho e gerar mais empregos para todos foram desejos que o primeiro-ministro deixou expressos na mensagem de Natal. Com um destinatário particular - os jovens que iniciam a vida laboral.

As novas gerações mereceram, aliás, uma referência especial. Para o chefe do Executivo, são «já hoje, a garantia do Portugal moderno que ambicionamos. Eles mostram-nos bem como podemos vencer os desafios do novo ano. Sem complexos perante o estrangeiro, correndo riscos, acreditando que somos tão bons como os outros».

Pelo discurso do primeiro-ministro passou também a situação no Iraque, e a presença de militares portugueses no território. Uma «missão de alto risco» para «servir um projecto de paz que honra o nome de Portugal», destacou Durão Barroso. Para acrescentar, dirigindo-se aos voluntários da GNR: «Quero dizer-lhes que todos nos orgulhamos do seu trabalho. Sabem que contam com o nosso apoio e solidariedade».

Durão Barroso deixou ainda uma palavra às comunidades portuguesas no estrangeiro, terminando a mensagem de Natal com o desejo de paz, harmonia e saúde «a toda a Família Portuguesa».

- Lusa

## O texto da mensagem



O Primeiro Ministro dirigindo-se ao País pelo Natal (imagem recolhida da RTP 2)

«Boa Noite»

«Estamos a terminar um ano que foi muito difícil. Mas este ano chega ao fim com alguns sinais positivos. Sinais de confiança e de esperança. A economia europeia já dá sinais de crescimento. Também em Portugal o pior já passou. E o novo ano será já um ano melhor. Um ano de recuperação.»

«Vai ser uma recuperação lenta e gradual, mas uma recuperação sólida e segura. É muito importante que assim aconteça. Só assim poderemos melhorar o poder de compra de cada família, aumentar mais as pensões de reforma dos nossos idosos, prestar um apoio melhor às pessoas com deficiência.»

«Só assim poderemos combater o drama que pessoalmente mais me preocupa: o desemprego. Criando novos postos de trabalho. Gerando mais emprego para todos, mas especialmente para os jovens que começam a sua vida de trabalho.»

«Tenho a certeza que estamos no caminho certo. E não tenho dúvidas de que, com muito esforço e dedicação, vamos vencer os desafios que temos pela frente. O novo ano será um ano de grandes desafios. Para os vencermos temos de apelar ao que de melhor tem o carácter dos portugueses, tão bem expresso na nossa juventude.»

«Permitam-me uma palavra muito especial aos jovens portugueses. Eles mostram-nos bem como podemos vencer os desafios do novo ano, com a sua energia e a sua vontade. Sem complexos perante o estrangeiro, correndo riscos, acreditando que somos tão bons como os outros. Os jovens portugueses são, já hoje, a garantia do Portugal moderno que todos ambicionamos.»

«Para Portugal viver mais seguro é necessário um mundo em paz. Neste momento, quero dirigir uma saudação muito especial aos portugueses que estão no Iraque. Àqueles nossos compatriotas que estão numa missão de alto risco e a servir um projecto de paz que honra o nome de Portugal, quero dizer-lhes que todos nos orgulhamos do seu trabalho. Eles e as suas famílias não podem, desta vez, passar o Natal em conjunto. Mas sabem que contam com todo o nosso apoio e a nossa solidariedade.»

«Nesta quadra natalícia recordamos, com muita emoção, as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. São milhares de Portugueses que tiveram de emigrar do nosso país à procura de uma vida melhor. Longe da Pátria, eles nunca esquecem Portugal. E nós, cá dentro, nunca esquecemos o seu exemplo. O exemplo de trabalho sério e honesto. Um trabalho que honra e prestigia Portugal.»

«Vamos, uma vez mais, juntarmo-nos, em família, para festejar o Natal. Quero por isso desejar um Bom Natal a toda a Família Portuguesa um Natal vivido em paz, em harmonia e com saúde. E a todos os Portugueses faço votos sinceros de um Novo Ano mais feliz e com muita prosperidade. Boa Noite».

Mensagem de Ano Novo do Presidente do PSD

## «Este vai ser um Ano de esperança e confiança. Um ano exigente, mas estimulante»

Estamos a começar um novo ano. Vai ser um ano de esperança e de confiança.

Ao longo do último ano e meio fizemos o nosso trabalho de casa. Tivemos de tomar algumas decisões difíceis. Decisões que nenhum Primeiro Ministro gosta de tomar. Mas decisões que são absolutamente indispensáveis para preparar o nosso futuro.

Mesmo os que discordam desta ou daquela decisão compreendem que este é o caminho, que estamos a trabalhar com honestidade e coragem.

Por isso, estamos agora em melhores condições do que estávamos há 1 ou 2 anos atrás para aproveitar a recuperação da economia mundial. Para que Portugal volte a crescer e a melhorar. Para que possamos ser um País verdadeiramente moderno desenvolvido e mais justo.

**O pior já passou. Os sinais que aí estão já mostram a recuperação. Vai ser uma recuperação lenta e gradual, mas tenho a certeza de que vai ser uma recuperação estável e segura.**

A linha de rumo que tenho seguido é uma linha de rigor. O dinheiro não dá para tudo. Temos de cortar no desperdício para investir mais na justiça social.

Cortámos nas despesas inúteis. Para investir a sério no combate às listas de espera nos hospitais. Para começar a aproximar as pensões de reforma mais baixas do salário mínimo nacional.

Tivemos a coragem de acabar com o abono de família para as pessoas mais ricas. Para aumentar o seu valor em relação às famílias mais pobres e necessitadas.

É assim que deve ser.

O rigor é amigo da recuperação económica e aliado da justiça social.

É assim que vamos fazer a recuperação económica. E é com a recuperação que podemos combater o drama do desemprego. Criando novos postos de trabalho. Gerando novos empregos. Para todos os que querem trabalhar. Mas especialmente para os jovens que começam a sua vida de trabalho e têm direito à sua afirmação pessoal e profissional.



2004 vai ser ainda o ano de intensificar, a sério, a luta contra a evasão fiscal. É também uma questão de rigor e de justiça social.

Quem não paga impostos está a retirar recursos aos que mais precisam. Está a ser injusto e desleal para com todos quantos cumprem as suas obrigações fiscais.

Quero mão pesada para os que fogem ao pagamento dos seus impostos.

Só assim podemos baixar os impostos que hoje existem, se mais pagarem todos pagam menos. Em 2004 já vamos baixar o imposto sobre as empresas. Até 2006 quero baixar também o imposto sobre as pessoas, em particular sobre os trabalhadores por conta de outrem.

O ano que agora começa será também o ano da reforma da Administração Pública.

É uma reforma essencial. Para facilitar a vida das pessoas e das empresas, para motivar os funcionários públicos.

Não haverá despedimentos. Haverá sim melhor organização dos serviços, avaliações mais rigorosas, condições de trabalho mais exigentes e mais justas.

Só assim a nossa Administração Pública poderá ser útil para todos.

Temos pela frente um ano exigente. Mas um ano estimulante.

Não é tempo de baixar o ritmo ou de abrandar o passo.

Em 2004 vamos comemorar os trinta anos do 25 de Abril. É tempo

de prestigiar as nossas instituições. De fazer com que a justiça funcione de forma igual para todos. De construir o progresso e a modernidade.

É esta a minha ambição. Tenho a certeza de que vamos vencer. Porque acredito em Portugal, porque confio na capacidade e na energia dos portugueses.

**Por isso, nesta ocasião, quero desejar a todos um Bom Ano, com paz, com prosperidade e sobretudo com muita saúde para todos.**



### No jantar de Natal da Casa Pia

O Primeiro-Ministro, Durão Barroso, esteve presente no jantar de Natal da Casa Pia de Lisboa, onde abordou os acontecimentos que abalaram a instituição no último ano. Durão Barroso afirmou que o processo de pedofilia na Casa Pia fez com que houvesse “uma maior consciência dos direitos das crianças”, sublinhando a obrigação do Estado de reduzir “todo o sofrimento”.

“Hoje, no nosso país, há uma maior consciência dos direitos da criança”, disse.

O chefe do Governo reconheceu que os casapianos passaram “por uma crise profunda”, à qual o Estado “procurou responder de imediato”, sobretudo na identificação das suas causas.

# XVII Congresso Nacional da Revisão Estatutária

## Mesa Congresso

Helder Renato Vieira Rodrigues  
Hugo Oliveira  
Nuno Almeida Neto  
Pedro Filipe dos Santos Alves  
Pedro Miguel de Azeredo Duarte

## Comissão Política Nacional

Angelo Cipriano Cunha Fialho e Pereira  
Ana Filipa Janine Simões Martins  
Ana Zita Barbas Marvão Alves Gomes  
Carlos Nunes Lopes  
César Nuno Costa Teixeira  
Daniel Rebelo  
Fernando Jorge Pinto Lopes  
Filipe Miguel Nascimento  
Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira  
Francisco Sérgio Covelinhas Lopes  
Helder Fernando da Costa Santos  
Jaime Filipe Gil Ramos  
Jorge Nuno F. T. Monteiro de Sá  
José Manuel Resendes Leal  
Nuno Alexandre da Silva Vaz de Brito Correia  
Nuno Filipe Miragaia Matias  
Nuno Filipe Teixeira Silvestre Lucas  
Nuno Lebreiro  
Nuno Manuel Neves de Sousa  
Paulo César Fernandes Colaço  
Paulo César Lima Cavaleiro  
Ricardo Daniel Pinto Soares Vieira  
Rui Moita  
Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo

## Conselho de Jurisdição Nacional

Altino Agostinho de Sousa de Freitas  
Bernardo de Freitas Azevedo  
Filipa Guadalupe Fragata  
Márcio Lopes  
Paulo Cutileiro Correia  
Pedro Amaral e Almeida  
Sara Santos Silva

## Conselheiros Nacionais

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria  
Ana Maria dos Santos Onofre  
Ana Raquel Jesus Reis Azenha de Sousa  
Ana Teresa Antunes Teixeira  
André Filipe Anglim A. Botelho  
André Guimarães Coelho Lima  
António E. Leitão Amaro

António José Chaves Miranda  
António Manuel Fernandes A. Mendes de Almeida  
Armando Agra Cardoso Soares  
Artur Guilherme Lima Sousa Emílio  
Berto Graciliano de Almeida Cabral  
Bruno Marco Brioso David Coelho  
Bruno Miguel Velosa F. Pimenta Macedo  
Carlos Manuel Santos Sousa  
Carlos Miguel Sá Sezões  
Claudia Cristina Martins Feteira de Jesus  
Claudia Isabel da Costa Bento  
Cláudia Sofia Plácido Gonçalves  
Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte  
Daniel Jorge Martins Fangueiro  
David de Sousa Coelho  
Fernando Luís Simões Vilela  
Fernando Luís Sousa Machado Soares Vales  
Fernando Miguel Dias da Silva  
Gabriela Rodrigues  
Gonçalo Luís Queiroz M. Fernandes Oliveira  
Hernani Avelino da Costa Ribeiro  
Hugo Daniel Marques Mesquita  
Hugo Miguel Fernandes Martins  
João Pinheiro  
Joel Miranda Fernandes de Sá  
Jorge Manuel Santos Jacinto  
Jorge Pereira  
José Alberto do Nascimento Rodrigues  
José André Alves Pereira  
José Carlos Jesus Governo  
Luís Pedro de Chatillon da Cruz Alves Nazareth  
Manuel José Fragoso Valente  
Manuel Macedo Angélico  
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
Marco Paulo Cunha Silva  
Maria Isabel Fonseca Nunes  
Maria Margarida D. Pimenta  
Mariana Raquel Aguiar Mendes Teixeira  
Marina Isabel Pereira dos Santos  
Mauro Renato Dias Xavier  
Miguel Angelo Moura Salvado  
Nuno António Mestre Mira Soares Leite  
Nuno Filipe Fernandes Pereira Agostinho  
Nuno Gonçalo Castela Canilho Gomes  
Nuno Manuel Valentim Sousa Vitoriano  
Nuno Miguel Camelo Almeida e Silva  
Nuno Miguel Vasconcelos Botelho  
Paulo Jorge Lobo Ribeiro  
Paulo Sérgio Pereira Pimenta  
Pedro Manuel Gonçalves Almeida Fonseca  
Pedro Miguel Ferreira Reis  
Pedro Miguel Lourenço Salvador  
Pedro Nuno Pereira de Carvalho R.  
Pedro Nuno Tavares Guerreiro Gomes



Ricardo Cordeiro Henrique Tomás  
 Ricardo Ferreira Pereira  
 Ricardo João Barata Pereira Alves  
 Ricardo Jorge Teixeira Duarte  
 Ricardo Santos  
 Ricardo Ventura Machado  
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro  
 Rodrigo Miguel Dias Saraiva  
 Rui Duarte Moreno Nobre da Conceição  
 Rui Miguel Ladeira Pereira  
 Rui Miguel Moura Coelho  
 Sandro Cesário Carvalho Moura de Sousa  
 Sara Alice Medeiros André  
 Sérgio Humberto Pereira da Silva  
 Telmo Afonso Mota Viana  
 Tiago Palma Agua

### Delegados

Adelino Henrique Campos da Silva  
 Adriana Helena Silva Rodrigues  
 Afonso S. M. Pereira Costa  
 Aldina Maria Magalhães do Couto  
 Alexandre Martins da Luz  
 Alexandre Miguel Agenti Rangel Antas Botelho  
 Alexandre Simões  
 Alexandrina Maria da Silva Cardoso  
 Álvaro Almeida  
 Álvaro Edgar Matos Martins  
 Amílcar Gonçalves Gomes  
 Ana Catarina Ferreira Dantas  
 Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho  
 Ana Isabel Baltazar sobral  
 Ana Isabel Silva Oliveira  
 Ana Luísa elo Carreiro  
 Ana Mafalda Marchá Cardoso  
 Ana Margarida da Costa Teixeira  
 Ana Paula Bayer Lourenço  
 Ana Rita Machado da Silva Pinto  
 Ana Rita Pedroso Cavaco  
 Anabela Clarinda Bravo Guimarães Sampaio  
 André Coimbra Henriques da Cunha  
 André M. Alves Pereira Ambrósio  
 André Miguel Conrado Dias Cardoso  
 Andreia Luísa Neiva Maia da Silva  
 Andy Rodrigues  
 Aníbal José Carvalho Maltez  
 António Fragoso da Fonseca  
 António João Abrantes Santos  
 António Jorge Fialho Braga de carvalho  
 António José Macedo Peixoto  
 António José Pereira de Rosário de Sá  
 António José Ribeiro Pereira  
 António Júlio Aguiar e Silva Basto Cardoso  
 António Luís Teixeira Nóbrega  
 António Manuel Batista Gonçalves Jorge  
 António Manuel Durão Carujo Trindade  
 António Manuel Frasco Pires  
 António Rui Ferros Martins Costa  
 Armando Luís Lopes Martins

Armando Manuel Rodrigues Oliveira  
 Armando Miguel  
 Artur Joaquim Pinto Teixeira  
 Barbara Santa-Martha Tomaz  
 Bento Machado Aires e Aires  
 Bernardino Alexandre Nunes Leal Moreira  
 Bruno Alberto Vilela Fernandes  
 Bruno Daniel Queirós Xavier  
 Bruno Gonçalo de Azevedo Lage  
 Bruno José da Conceição Moreira  
 Bruno Letra  
 Bruno Manuel Samagaio dos Reis  
 Bruno Martins  
 Bruno Miguel Pedro de Ventura  
 Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro  
 Carina João Reis Oliveira  
 Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena  
 Carla Manuel Marques Sousa  
 Carla Patrícia Lopes Neto  
 Carla Patrícia Silva  
 Carlos Alexandre Carvalho Cardoso  
 Carlos Eduardo Aranda de Oliveira  
 Carlos Eduardo Pereira Madruga da Costa  
 Carlos Jorge Araújo Ribeiro  
 Carlos Jorge Picado Vaz Franco  
 Carlos Jorge Raposo Costa  
 Carlos Manuel Santos  
 Carlos Miguel da Silva Costa  
 Carlos Miguel Simões Rodrigues  
 Carlos Silva Santiago  
 Cátia Andreia Brazão Ribeiro  
 Celina Raquel Carneiro Hermenegildo  
 César Carvalera Mendes  
 César Fernando de Aquino Clemente  
 César Fernando Goulart Neves  
 Cintia Silveira Jorge Nascimento  
 Cláudia Isabel Rocha de Sousa Babo  
 Cláudia Maria dos Reis Duarte  
 Cláudia Sofia Trindade  
 Claudio José Viveiro Sarmento da Silva  
 Cristiana Isabel Pereira da Silva Dias  
 Cristina Bessa  
 Custódio Pereira Areias Tender  
 Daniel Carreiras da Silva  
 Daniel César Passos Ferreira Marques  
 Daniel Fernando Oliveira Pedroso  
 Daniel Jorge Ferreira Simões  
 Daniel Pinto Ferreira  
 Daniel Torres Gonçalves  
 Diogo Brito  
 Diogo da Costa Santos Silva Vasques  
 Diogo João Ferreira Valente  
 Diogo José de Matos Oliveira  
 Diogo Landal Alvim  
 Duarte Filipe Baptista de Matos Marques  
 Duarte Loureiro de Perestrello Hipolito Carreira  
 Duarte Nuno da Costa Araújo  
 Duarte Teixeira Rocha  
 Dulce Mónica Oliveira Palhares  
 Eduardo Jorge de Oliveira Nunes

Eduardo Jorge Oliveira Nogueira  
Eduardo Luís Varela Martins  
Eduardo Manuel Carvalho Sousa  
Elsa Isabel Ferreira Rodrigues  
Elsa Liliana Carmo  
Emanuel João Teles Sousa Fernandes  
Emanuel José Dias Moreira  
Ernesto de Jesus Lourenço  
Eugénio Manuel Babo Mendes  
Fábio da Silva Bota  
Fábio Duarte Teles Abreu  
Fátima Alexandra de Almeida ferreira  
Fernando Alberto Plácido da Silva Lamosa Gomes  
Fernando António Silva Santos  
Fernando Joaquim Marques da Silva  
Fernando Manuel Costa Marques Canas Gonçalves  
Fernando Manuel Martins Rocha  
Fernando Miguel Pinho de Faria Bravo  
Fernando Silva Ferreira  
Filipe Alberto dos Santos Ferreira  
Filipe Alexandre A. Raposo  
Filipe Manuel Galvão Carrasco dos Reis  
Filipe Manuel Macedo Paço de Brito  
Filipe Manuel Pereira Osório  
Filipe Miguel Pires Nunes Rosado  
Francisco da Silveira Sampaio de Melo Cabral  
Francisco José da Cruz Valério  
Francisco Leonel Mendes Simões Avila  
Francisco Miguel Pinheiro Catalão  
Francisco Oom Pimenta Peres  
Frederico Lindinho Soares Silva Nunes  
Germano António da Silva Araújo  
Germano Manuel Lima Amorim  
Gonçalo Nuno Cardoso Pereira de Oliveira  
Gonçalo Oliveira Larga  
Guilherme de Almeida Bandeira  
Guilherme Martinho Mendonça Loulé  
Heitor José Pereira da Rocha  
Helder Filipe Vilas Boas Esteves  
Hélio Fernando da Silva Rebelo  
Hendrihl Martins Teixeira Monteiro  
Henrique César Castro Reis  
Henrique de Jesus Mateus  
Henrique José Gonçalves Carmona  
Henrique Miguel Campos Antão  
Hugo Alexandre Lopes Soares  
Hugo David Martins Brás  
Hugo Miguel Diamantino Vieira da Luz  
Hugo Miguel Jorge  
Hugo Miguel Lopes Tavares  
Hugo Rafael Dias Camões Soares  
Hugo Ricardo Sousa Castro  
Hugo Sérgio Teles de Jesus  
Inês de Almeida Fernandes  
Inês Gomes Ribeiro de Oliveira Aguiar  
Iolanda Alexandra S. Dias  
Irina Andreia Barreiro Farinha  
Isabel Maria Ribeiro Coelho  
Ivo Manuel Costa Pinheiro  
Ivo Rafael Santos Machado  
Jaime António Bernardino Alves  
Jean Pierre Baronet  
Jerónimo Filipe Sousa Pereira  
Joana de Macedo Garrido Fernandes  
Joana Margarida Pereira Fernandes  
João António Rodrigues Marques  
João Baptista Cunha  
João Carlos Araújo Rego Montenegro  
João Carlos Azevedo Santos  
João Carlos de Carvalho Branco Perdigão Marquês  
João Filipe Oliveira Marinho Gomes  
João Francisco C. De Sousa A.  
João Francisco Dias Maruta Marins  
João Gonçalo Arroja de Matos Oliveira  
João José M. Ribeiro  
João Luís Beja Fernandes  
João Luís Nabais  
João Manuel do Rosário Melo Rodrigues  
João Manuel Fragoso Peralta de Figueireso  
João Miguel Augusto Vaz e Lima  
João Miguel da Silva Garganta Custodio  
João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro  
João Miguel Gonçalves Lopes  
João Miguel Lopes  
João Miguel Mendes V. Courinha  
João Miguel Miranda Fernandes Sá  
João Paulo Ribeiro Morim  
João Pedro Almada Veríssimo  
João Pedro Batista Outeiro  
João Pedro Dias Janeiro Aurélio  
João Pedro Ré Nogueira dos Santos  
João Pedro Seco Rodrigues  
João Rita  
João Vasco Ventura Valadares  
Joaquim Agostinho Moreira da Silva Pinto  
Joaquim João Brandão de Almeida  
Joaquim José Silva Pereira Alves  
Jorge Adélio Martins Pereira da Costa  
Jorge Alexandre da Silva Sobral Assunção  
Jorge Manuel Ferreira Duarte  
José Alberto Fernandes Silva  
José Alberto Salgado da Silva  
José Carlos de Moura Moreira Ramos  
José Carlos de Sá Meneses  
José Carlos Rocha Dias  
José Carlos Vieira Bastos  
José Damásio C. Santos  
José Filipe Mendes Pestana  
José Filipe Silva Gonçalves  
José Francisco Brandão Oliveira  
José Francisco Delgado Nunes  
José Francisco Roque Cruz  
José Henrique da Rocha Jacomé  
José Manuel Cardoso da Silva Santos  
José Manuel Cruz Silva  
José Manuel Félix Lemos  
José Manuel Vieira Lopes  
José Miguel Falcão Mendes Leite de Bettencourt

José Pedro da Silva Ferreira  
José Pedro Ferreira da Cunha  
José Pedro Figueiredo Costa  
José Pedro Pereira da Silva  
Juan Manuel Rodrigues Ramos  
Júlio César Nascimento Serapicos  
Laura Sofia Pires  
Lino Manuel Dias Carvalho  
Livio Rómulo Soares Coelho  
Luís Afonso Peres Pereira  
Luís Carlos Rodrigues  
Luís Filipe Areias Coelho  
Luís Filipe Cardoso Belo Cané  
Luís Filipe de Freitas Santos  
Luís Filipe Fernandes Nascimento  
Luís Filipe Martins Mendes  
Luís Filipe Pereira Gomes Sobral  
Luís Manuel Lopes Cardoso  
Luís Manuel Oliveira Silva  
Luís Maria Saraiva Azevedo  
Luís Mário Freire Lopes  
Luís Miguel das Neves Campos Almeida  
Luís Miguel Ferreira Brandão  
Luís Miguel Lopes Correia  
Luís Miguel Lopes D. Palos  
Luís Miguel Marques Rosa de Almeida e Santos  
Luís Miguel Pires Pereira  
Luís Miguel Quintino Carapinha  
Luís Miguel Silva Castro  
Luís Miguel Soares Lopes Guimarães  
Luís Newton  
Luís Vasco Ferreira Gonçalves  
Mafalda Capinha  
Manuel António da Silva Faria  
Manuel Fernando Ferreira da Silva  
Manuel José Silvestre Conde  
Manuel Pedro Cardoso Pereira de Oliveira  
Marcelo Moraes dos Santos  
Marco Alexandre Ribeiro Pereira Fernandes  
Marco António Freitas  
Marco Edgar Sousa Escadas  
Marco Henriques Claudino  
Marco Miguel Monteiro Magalhães  
Marco André de carvalho Abrantes  
Marco Paulo Amaral Paiva  
Marco Paulo Barbosa Neves Batista  
Marco Paulo de Carvalho Terrão  
Marco Samuel da Silva Baptista  
Maria do Carmo Ramos e castro  
Maria Isabel Resende Balseiro  
Maria Margarida Gonçalves Benevides  
Maria Rafaela Rodrigues Fernandes  
Marilin Josefina Vieira Moniz  
Marina Verne Marreiros Simões de Oliveira  
Marinho Manuel de Azevedo L. Carvalho Graça  
Mário Bruno  
Mário Hugo Pinto Fróis de Figueiredo  
Mário João Sousa Ribeiro Vieira de Melo  
Marta Isabel Moreira Baroa David Tomé  
Mariana Rosa Rocha Quesado  
Mauro D. Rodrigues Carpinteiro  
Michelle Kratzenberg Mendonça Nunes  
Miguel Almeida Moreira  
Miguel António Machado Madeira  
Miguel Duarte de Pão Fernandes  
Miguel Maria Sargent de Figueiredo Corrêa Monteiro  
Miguel Pedro da Silva Gonçalves Guerreiro  
Miguel Pinto Luz  
Miguel Real Mendes  
Miguel Rente de Pina Martins  
Miguel Rodrigo Tavares Guerreiro Gomes  
Mónica Teresa Almeida Guedes  
Nelson Alves Rodrigues  
Nelson dos Reis Lima  
Nelson Ricardo Costa Ferreira  
Nilton Freddy Almeida  
Nuno Avelino Carvalho Machado  
Nuno Camilo da Mota Oliveira  
Nuno D. Gouveia Maciel  
Nuno Duarte Mimoso Figuinha  
Nuno Eduardo Conâco Alma Rosado Leão  
Nuno Fernando Ferreira da Silva  
Nuno Miguel Pereira da Cruz  
Nuno Miguel Alexandre Pereira  
Nuno Miguel Borges Alves Pereira  
Nuno Miguel Fernandes Santos Amara  
Nuno Miguel Figueiredo Benedito  
Nuno Miguel Machado Almeida  
Nuno Miguel Oliveira de Carvalho  
Nuno Miguel Quadros Lima Cardoso  
Nuno Miguel S. Dos Santos  
Nuno Miguel Tavares Prata  
Nuno Roberto Rodrigues de Moura  
Odília Maria Freitas Garcês  
Orlando Jorge Vieira da Silva Leal  
Oscar Miguel Gomes Silva  
Patrícia Alexandra Gomes Bertolo  
Patrícia Alexandra P. Paula Ferreira  
Paula Cristina Gonçalves Soares  
Paulo Alexandre de Carvalho Fernandes Pires  
Paulo Alexandre Lopes Vaz  
Paulo Arlindo Iria Santos Antunes  
Paulo César Bastos Martins  
Paulo Jorge Almeida  
Paulo Jorge Canajola da Costa  
Paulo Jorge Ferreira Amorim  
Paulo Jorge Freire Leitão  
Paulo Jorge Gomes Marques de Almeida  
Paulo Jorge Pereira de Sousa  
Paulo Renato Fernandes Baptista  
Paulo Renato Pereira de Oliveira  
Paulo Ribeiro  
Paulo Sérgio Pereira do Vale  
Pedro Afonso Franco  
Pedro Alexandre Ferreira de Araújo  
Pedro Alexandre Soares Neto Viegas  
Pedro Carvalho  
Pedro Coimbra Marques de Carvalho  
Pedro Daniel Melo Leite  
Pedro Duarte Brás Luís



Pedro Emanuel Pinho Abreu  
Pedro Emanuel Saraiva Ferreira  
Pedro Filipe Pinheiro Abrantes  
Pedro Filipe Sousa Gomes dos Reis  
Pedro José da Silva Teixeira  
Pedro Ladislau de Sousa  
Pedro Luís Oliveira Vilas Boas  
Pedro Manuel Alvares P. Lema Monteiro  
Pedro Manuel Batista Reis Santos  
Pedro Manuel Costa Coelho  
Pedro Manuel da Silva Ferraz  
Pedro Manuel de Sousa Neves  
Pedro Migue Alves da Silva  
Pedro Miguel C Ferreira  
Pedro Miguel da Silva Laranjeira  
Pedro Miguel de Barros Vieira  
Pedro Miguel Fernandes Marinho  
Pedro Miguel Ferreira  
Pedro Miguel J. Maia  
Pedro Miguel Marques dos Santos Escada  
Pedro Miguel Naves Folgado  
Pedro Miguel S. Pisco dos Santos  
Pedro Ricardo Oliveira Cardoso  
Pedro Rodrigues Almeida Matos  
Pedro Simão Mota Marinho  
Rafael Duarte Evaristo  
Raquel Castro  
Raquel de Jesus Andrade Rio Tinto  
Raquel Rodrigues da Silva  
Raul Alexandre Pereira da Silva Dias  
Renato Alexandre Reis Pereira  
Ricardo André Nogueira de Brito  
Ricardo Bruno Moreira Azevedo  
Ricardo da Cunha Costa Andrade  
Ricardo de Ascensão Botelho  
Ricardo Emanuel Proença Abreu  
Ricardo Francisco Alves Silva Araújo  
Ricardo Gustavo Galinho Barros  
Ricardo Jorge Alves Delgado  
Ricardo Jorge Borges de Sousa Fardilha  
Ricardo Jorge Cândido Freire  
Ricardo Jorge Carvalho Correia  
Ricardo Jorge de Almeida Bastos  
Ricardo Jorge Machado Madruga Pepino  
Ricardo José Rodrigues de Sousa  
Ricardo Laranjeira Queirós da Silva  
Ricardo Manuel dos Santos Lopes  
Ricardo Miguel Freire Lopes  
Rita Cláudia da Silva Dinis  
Roberto Belormino Simões do Rego  
Roberto Gonçalves Jardim  
Rogério Emanuel Leal Salvado P  
Rogério Miguel Rebelo  
Rosa Maria Brás Dart  
Rosária Isabel Pereira Correia Sardinha  
Ruben Durval Mendão Batista Gorgulho  
Rui Adriano Lucas Romano  
Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira  
Rui Armindo da Costa Freitas  
Rui Celestino dos Santos Cristina  
Rui Jorge Gama Cordeiro  
Rui Manuel Carvalho Silva  
Rui Manuel Branco Messias  
Rui Manuel de Sá Pais  
Rui Manuel Gouveia Rebelo  
Rui Manuel Mendonça Ramalho Félix  
Rui Manuel Pereira Costa  
Rui Manuel Pereira de Sousa  
Rui Manuel Sá Morais  
Rui Marques  
Rui Miguel Abrantes  
Rui Miguel da Silva André  
Rui Miguel Ferreira Trindade  
Rui Miguel Magalhães Castelhana  
Rui Nuno de Barros Cortez  
Rui Paulo Andrade Bettencurt  
Rui Pedro Gaspar Fernandes  
Sandra Cristina Amaral Monteiro  
Sandra Cristina de Sequeira Pereira  
Sandra dos Santos Onofre  
Sandra Maria Botelho Pereira  
Sandra Maria Jesus Rosário  
Sara Luísa Nunes de Sousa Santos  
Sara Margarida de Andrade Martins  
Sérgio António Pimentel Magalhães  
Sérgio Duarte Marques Machado  
Sérgio Fernando Campos Cruz  
Sérgio Manuel Mota Pires  
Silvano dos Santos Camacho Ribeiro  
Silvério Rodrigues Regalado  
Sílvia Alexandra Gonçalves Marques  
Sílvia Mota Lopes  
Sílvio Manuel Moreira da Costa  
Sónia Cristina Castro Pereira  
Sónia Maria Araújo de Sá  
Suan Simões de Oliveira  
Susana Claudia Carneiro Hemenegildo  
Susana Emanuel Loureiro de Faria  
Susana Marina Seixas Caria  
Susana Nunes  
Tânia Isabel Ramos Mourato  
Telmo Neves Lopes  
Tiago Alexandre da Fira Pereira  
Tiago de Albuquerque Cardoso F. Gomes  
Tiago Manuel Graça Mota Costa  
Tiago Miguel Figueiredo Fernandes  
Tiago Miguel Marques dos Santos Escada  
Tiago Patrício Cadima Jorge  
Tiago Ribeiro de Carvalho Ferreira  
Tiago Sérgio Ferreira Reis Martins  
Tiago David Correia Rodrigues  
Tomás Quintino Dias Ribeiro  
Valdemar Pinheiro de Oliveira  
Vanessa Carvalho Sousa  
Vânia Lopes Neto  
Vânia Raquel Barbosa Cardoso  
Vera Isabel Couto Moniz  
Vera Lúcia Dias Machado  
Vitor César Soares Sêco  
Vitor Daniel César Canotilho  
Vitor Manuel Marques Barbosa  
Vitor Manuel Teixeira Santos



### NÚCLEO DE CANELAS (VILA NOVA DE GAIA)

Nos termos do nº1 do artigo 71º dos Estatutos e demais disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Canelas, a realizar no dia 09 de Fevereiro de 2004, em sistema de urna aberta, entre as 21 e as 23 horas, na sede da secção, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 – 4400-129 Vila Nova de Gaia, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota: As listas candidatas, conforme dispõe o Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues à Comissão Política de Secção do PSD de Vila Nova de Gaia, na respectiva sede, das 21h00 às 24 horas e até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

### NÚCLEO DE GULPILHARES (VILA NOVA DE GAIA)

Nos termos do nº1 do artigo 71º dos Estatutos e demais disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Gulpilhares, a realizar no dia 09 de Fevereiro de 2004, em sistema de urna aberta, entre as 21 e as 23 horas, na sede da secção, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 – 4400-129 Vila Nova de Gaia, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota: As listas candidatas, conforme dispõe o Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues à Comissão Política de Secção do PSD de Vila Nova de Gaia, na respectiva sede, das 21h00 às 24 horas e até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

### NÚCLEO DE SEIXOZELO (VILA NOVA DE GAIA)

Nos termos do nº1 do artigo 71º dos Estatutos e demais disposições

estatutárias e regulamentares, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Seixozelo, a realizar no dia 09 de Fevereiro de 2004, em sistema de urna aberta, entre as 21 e as 23 horas, na sede da secção, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 – 4400-129 Vila Nova de Gaia, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota: As listas candidatas, conforme dispõe o Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues à Comissão Política de Secção do PSD de Vila Nova de Gaia, na respectiva sede, das 21h00 às 24 horas e até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

### NÚCLEO DE S. FÉLIX DA MARINHA (VILA NOVA DE GAIA)

Nos termos do nº1 do artigo 71º dos Estatutos e demais disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se a Assembleia do Núcleo de S. Félix da Marinha, a realizar no dia 09 de Fevereiro de 2004, em sistema de urna aberta, entre as 21 e as 23 horas, na sede da secção, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 – 4400-129 Vila Nova de Gaia, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota: As listas candidatas, conforme dispõe o Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues à Comissão Política de Secção do PSD de Vila Nova de Gaia, na respectiva sede, das 21h00 às 24 horas e até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

### OLIVAL (VILA NOVA DE GAIA)

Nos termos do nº1 do artigo 71º dos Estatutos e demais disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Olival, a realizar no dia 09 de Fevereiro de 2004, em sistema de urna aberta, entre as 21 e as 23 horas, na sede da secção, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 – 4400-129 Vila Nova de Gaia, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota: As listas candidatas, conforme dispõe o Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues à

Comissão Política de Secção do PSD de Vila Nova de Gaia, na respectiva sede, das 21h00 às 24 horas e até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

### SECÇÃO DE ALJEZUR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes de Aljezur, para uma reunião extraordinária a ter lugar no dia 6 de Fevereiro de 2004, pelas 19h00, na sede do PSD, sito na Rua D. Francisco Gomes de Avelar, nº12, Igreja Nova, Aljezur, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política Concelhia.

Nota: A entrega das listas deverá ser feita até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa, de acordo com o artigo 4º, nº4 do regulamento eleitoral.

A urna de voto estará aberta das 19h00 às 21h00 nos termos do artigo 9º nº5 do regulamento eleitoral.

### SECÇÃO DE ÉVORA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata e do seu Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Évora para reunir, em sessão extraordinária, no dia 13 de Fevereiro de 2004, pelas 21h00, na sede Distrital sita na Rua Cândido dos Reis, nº48, Évora, com a seguinte

#### Ordem de trabalhos

#### 1- Eleição dos órgãos de Secção

Nota: A assembleia reúne entre as 21h00 e as 23h30 horas.

Na data de entrega das listas candidatas a sede distrital encontra-se aberta até às 24h00.

### SECÇÃO DA TROFA

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção da Trofa, para reunir no dia 7 de Fevereiro de 2004, pelas 15h00, na sede Concelhia, sita, Parque Industrial Ibacoc, Rua da Indústria, Lantemil- Trofa, com a seguinte

#### Ordem de Trabalho

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas, devem ser entregues, na sede distrital do PSD do Porto, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto acima referido.

As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

### NÚCLEO DA VILA DE JOANE (VILA NOVA DE FAMILIÇÃO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, nomeadamente do seu artigo 71, ponto 3, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila de Joane, para reunir no próximo dia 7 de Fevereiro de 2004, pelas 17horas, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos da Secção.

Nota: acto eleitoral decorrerá no Largo da Feira (edifício Doce Lar), entre as 17h00 e as 20h00, excepto se antes tiverem votado todos os militantes com capacidade eleitoral. As listas concorrentes, apresentadas nos termos do Regulamento Eleitoral, podem ser entregues ao Presidente do Núcleo até 24h00 do terceiro dia anterior.

### MORTÁGUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mortágua, a realizar no próximo dia 16 de Janeiro de 2004, pelas 21h00, na sede concelhia do partido, sita na Rua Dr. João Lopes de Moraes, em Mórtaqua, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

- 1- Antes da ordem do dia;
- 2- Análise da situação político-partidária do Concelho- artº 50º, nº2, al. a);
- 3- Apreciação da actuação da Comissão Política de Secção- artº 50º, nº2, al. b);
- 4- Apreciação, discussão e votação das contas do exercício de 2003;
- 5- Outros assuntos de interesse.

### NÚCLEO DE SANTO ILDEFONSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Santo Ildefonso, para se reunirem em Assembleia, no próximo dia 29 de Janeiro de 2004, pelas 21h30, na sede sita à Rua de Entreparedes, nº80, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

- 1- Informações
- 2- Apreciação e votação do relatório e contas do exercício anterior;
- 3- Apreciação e votação do orçamento para o ano de 2004.

## AREA METROPOLITANA DE LISBOA

Nos termos dos artigos 37º e 39º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da AML, do PSD para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 15 de Janeiro de 2004 (quinta-feira), pelas 21h00, no Auditório da Sede Nacional do PSD, sito na Rua S. Caetano, 9, Lisboa, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apresentação e votação do relatório e contas referente ano de 2002;
3. Análise da situação política.

## SECÇÃO DE AMARANTE

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Militantes para reunir no próximo dia 9 de Janeiro de 2004, pelas 21h30, na sede da Secção de Amarante, sita no Edifício do Salto, nesta cidade com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Apresentação e votação das contas referentes ao ano de 2003;
2. Apresentação e votação do perfil do candidato do PSD às eleições autárquicas de 2005;
3. Outros assuntos de interesse.



## CONSELHO DISTRITAL de SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital da JSD de Santarém, para reunir no próximo dia 27 de Dezembro de 2003(Sábado), pelas 16h00, no Salão da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, junto à Câmara Municipal, em Ourém, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

- Ponto Um: Análise da Situação Política;
- Ponto Dois: Preparação do Congresso Extraordinário da JSD.

### NOTA:

Haverá um Jantar Comemorativo da JSD Distrital no Restaurante "Pirilampo", às 20 horas.

Agradeço confirmação até dia 23 de

Dezembro para Valdemar Oliveira 91-866 23 00 ou para Sandra 91-999 91 92.

## CONSELHO DISTRITAL de ÉVORA

Nos termos do art.º 71 n.º 2 dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital de Évora da JSD para reunir no próximo dia 03 de Janeiro de 2004 (Sábado), pelas 16h00, na Sede Distrital do PSD de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis 48 em Évora, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

- 1- Homologação da Secção de Mourão.
- 2- Informações.
- 3- Análise da situação política.
- 4- Preparação do XVII Congresso Nacional da JSD.
- 5- Debate Temático: "Região de Évora: Perspectivas para um Desenvolvimento Sustentável".

NOTA: Solicita-se a todos os Conselheiros Distritais que por qualquer motivo não possam estar presentes que, de acordo com o art.º 14 do Regulamento do Conselho Distrital de Évora, apresentem a referida justificação de falta junto da Mesa.

## SECÇÃO B de LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da JSD Secção B de Lisboa, para uma reunião no dia 13 de Janeiro de 2004, pelas 21h00, na Sede da Secção, sita no Campo Pequeno, n.º 16 – 3.º em Lisboa, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Apresentação do Plano de Actividades para 2004;
- 3- Análise da Situação Política.

NOTA: Não existindo quorum à hora marcada para o início do Plenário, este terá início 30 minutos depois com qualquer número de presenças, nos termos Regulamentares e Estatutários.

## NÚCLEO de MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Núcleo de Matosinhos da JSD, para reunir no próximo dia 5 de Janeiro de 2004, Segunda-feira, pelas 21h30, na Sede do PSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Comissão Política de Núcleo da JSD.

NOTA: As listas deverão ser entregues até às 24 horas do dia anterior, na Sede da Secção, ao Presidente da Mesa do Plenário;

As urnas estarão abertas das 21h30 às 24h00.

## CONSELHO DISTRITAL de PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os conselheiros distritais da JSD de Portalegre, para reunião a realizar dia 10 de Janeiro de 2004, pelas 14h00, na Sede do PSD, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

\* Ponto Único: Discussão de eventuais revisões ao Estatutos da JSD, a levar a cabo no Congresso Extraordinário de dia 17 de Janeiro de 2004.

NOTA: As listas deverão ser entregues até às 24 horas do dia anterior, na Sede da Secção, ao Presidente da Mesa do Plenário;

As urnas estarão abertas das 21h30 às 24h00.

## VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário da JSD de Vagos para reunir no dia 16 de Janeiro de 2004, pelas 20 horas, na Sede da JSD situado em Soza, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

- 1- Eleições para a Comissão Política de Secção da JSD de Vagos.
- 2- Eleições para a Mesa do Plenário da JSD de Vagos.
- 3- Eleições para os delegados ao Conselho Distrital.

NOTA: As listas e restante processo eleitoral deverá ser entregue até às 00 horas do dia anterior e as urnas estarão abertas até às 00 horas do dia 16.

As urnas estarão abertas das 21h30 às 24h00.

## SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Setúbal, para reunir no dia 16 de Janeiro de 2004, pelas 21h00, na Sede de Secção da JSD de Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23, 1.º esquerdo, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Apresentação e aprovação do orçamento de 2003;
- 3- Apresentação do orçamento para 2004;

4- Apresentação do Plano de Actividades;

5- Tomada de posse do Presidente do Conselho Consultivo

6- Análise da situação Política.

## D de Lisboa

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, a Mesa do Plenário da Secção D Lisboa da JSD convoca o Plenário de Militantes da Secção para se reunir no dia 14 de Janeiro de 2004, pelas 21h30, na Sede da Secção, sita na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116 – 2.º D, em Lisboa, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da Situação Política;
- 2- Eleição da Comissão Política da Secção D de Lisboa da JSD;
- 3- Eleição dos Delegados da Secção D de Lisboa da JSD ao Conselho Distrital de Lisboa da JSD.

### NOTA:

a) As listas devem ser apresentadas em duplicado na Sede da Secção D até às 24 horas do dia anterior à eleição, 13 de Janeiro de 2004.

b) As listas devem conter, pelo menos 25% de suplentes em relação ao número de candidatos efectivos;

c) As urnas estarão abertas pelo período de uma hora

## ALGÉS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoco a Assembleia de Secção para reunir no próximo dia 9 de Janeiro de 2004 Sexta-feira, pelas 21h00, na Sede de Secção, sita na Av. Michaelis, n.º 37, em Linda-a-Velha, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário da JSD da Secção de Algés;
- 2- Eleição da Comissão Política da JSD da Secção de Algés;

### NOTA:

a. As listas candidatas deverão ser devidamente acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, ser constituídas e apresentadas respectivas subcrições nos termos estatutários;

b. As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do dia anterior à sua realização, em duplicado, na sede da Secção de Algés, sita Av. Michaelis, n.º 37, em Linda-a-Velha, ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Algés, ou a quem estatutariamente o possa substituir;

c. As urnas estarão abertas por um período de 2 horas.

## PORTO





Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD Concelhia do Porto, para reunir no dia 15 de Janeiro de 2004, pelas 21h30, na Sede da Concelhia da JSD do Porto, sita à Rua do Pinheiro Manso, n.º 305 com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- XVII Congresso Nacional da JSD;
- 2- Análise da Situação Política;

**CAL**

Ao abrigo dos Estudos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoco o Plenário da Comissão Académica de Lisboa para reunir no próximo dia 15 de Janeiro de 2004, pelas 17h00, na Sede Distrital de Lisboa da JSD, sita Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário da Comissão Académica de Lisboa.

NOTA:

- a) As listas candidatas deverão ser devidamente acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e ser constituídas nos termos estatutários.
- b) As listas candidatas deverão ser entregues, em duplicado até às 24h00 do dia anterior ao da realização do Plenário, na Sede Distrital de Lisboa da JSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa, ao Presidente da Mesa do Plenário da Cal ou a quem estatutariamente o puder substituir.
- c) As urnas de voto estarão abertas durante o período de duas horas.

**NÚCLEO do INSTITUTO SUPERIOR de AGRONOMIA DA UTL**

Ao abrigo dos Estudos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoco o Plenário de Militantes do NESD do ISA – Instituto Superior de Agronomia para reunir no próximo dia 15 de Janeiro de 2004, pelas 11h00, nas instalações da faculdade, sita na Tapada da Ajuda, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário;
- 2- Eleição da Direcção do NESD;
- 3- Eleição dos Delegados ao Plenário da CAL.

NOTA:

- a) As listas candidatas deverão ser devidamente acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e ser constituídas nos termos estatutários.
- b) As listas candidatas deverão ser entregues, em duplicado até às 24h00 do dia anterior ao da realização do Plenário, na Sede Distrital de Lisboa da JSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa, ao Presidente da Mesa do Plenário da Cal ou a quem estatutariamente o puder substituir.
- c) As urnas de voto estarão abertas durante o período de uma hora.

**NÚCLEO do INSTITUTO SUPERIOR de CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS DA UTL**

Ao abrigo dos Estudos Nacionais da

JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoco o Plenário de Militantes do NESD do ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas para reunir no próximo dia 15 de Janeiro de 2004, pelas 15h00, nas instalações da faculdade, sita no Pólo Universitário do Alto da Ajuda, Rua G, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário;
- 2- Eleição da Direcção do NESD;
- 3- Eleição dos Delegados ao Plenário da CAL.

NOTA:

- a) As listas candidatas deverão ser devidamente acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e ser constituídas nos termos estatutários.
- b) As listas candidatas deverão ser entregues, em duplicado até às 24h00 do dia anterior ao da realização do Plenário, na Sede Distrital de Lisboa da JSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa, ao Presidente da Mesa do Plenário da Cal ou a quem estatutariamente o puder substituir.
- c) As urnas de voto estarão abertas durante o período de uma hora.

**NÚCLEO do INSTITUTO SUPERIOR de ARTES VISUAIS DESIGN E MARKETING**

Ao abrigo dos Estudos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoco o Plenário de Militantes do NESD do IADE – Instituto Superior de Artes Visuais

Design e Marketing para reunir no próximo dia 15 de Janeiro de 2004, pelas 13h00, na Sala Polivalente do IADE, sita na Av. D. Carlos I, n.º 4, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário;
- 2- Eleição da Direcção do NESD;
- 3- Eleição dos Delegados ao Plenário da CAL.

NOTA:

- a) As listas candidatas deverão ser devidamente acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e ser constituídas nos termos estatutários.
- b) As listas candidatas deverão ser entregues, em duplicado até às 24h00 do dia anterior ao da realização do Plenário, na Sede Distrital de Lisboa da JSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa, ao Presidente da Mesa do Plenário da Cal ou a quem estatutariamente o puder substituir.
- c) As urnas de voto estarão abertas durante o período de uma hora.

**ASSEMBLEIA DISTRITAL de AVEIRO**

Ao abrigo dos Estudos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro, para reunir no próximo dia 15 de Janeiro de 2004, pelas 21h30, na Sede Concelhia de Aveiro, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da Situação Política;
- 2- Análise e Debate das Propostas de Revisão Estatutária do XVII Congresso Nacional da JSD;

**Leia, assine e divulgue**

Receba semanalmente o Órgão Oficial do Partido

**P O V O L I V R E**

TABELA DE ASSINATURAS		BOLETIM DE ASSINATURA	
<b>Continente</b>	<b>Regiões Autónomas</b>	<i>PSD</i> - Rua de São Caetano à Lapa, 9 - 1200 Lisboa CODEX - Tel. 01 - 3952140	
6 meses.....16,21 €	6 meses.....22,45 €	Nome: _____	
12 meses.....29,93 €	12 meses.....38,91 €	Morada: _____	
Apoio.....59,86 €		Cód. Postal: _____ Localidade: _____	
<b>Estrangeiro</b>	semestral	Assinatura: <input type="checkbox"/> Nova <input type="checkbox"/> Renovação <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual	
Espanha.....22,45 €	.....38,91 €	Junto envio cheque nº: _____	
Europa, Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Macau.....29,93 €	.....64,84 €	Segue Vale correio nº: _____	
Outros Países.....59,86 €	.....94,77 €	Junto numerário no valor de: _____	
		<i>Assinatura</i>	

## Regina Bastos apoia Cartão Europeu de Seguro de Saúde

A Deputada do PSD **Regina Bastos** defendeu, no Parlamento Europeu que “a entrada em vigor do **Cartão Europeu de Seguro de Saúde** será um grande passo” para atingir o objectivo fundamental de “uma Europa de livre circulação sem prejuízo dos direitos dos seus cidadãos e não apenas um espaço de livre circulação de capitais, produtos e serviços”.

Regina Bastos lembrou que “já nas conclusões de Barcelona, em Março de 2002, tinha sido acordada a criação de um cartão europeu de saúde, como forma de eliminar os entraves à mobilidade geográfica. Facilitar a livre circulação das pessoas na União Europeia é pois o objectivo”.

Aplaudindo a Comissão Europeia “pela diligência e empenho na

concretização desta ambição”, Regina Bastos defendeu que “a **entrada em vigor do cartão europeu de seguro de saúde irá traduzir-se numa harmonização dos direitos dos segurados e dos membros das suas famílias**, quer estejam em viagem, a estudar, destacados, à procura de emprego ou sejam transportadores internacionais. Todos os cidadãos vão ter o direito de beneficiar das prestações em espécie, de um ponto de vista médico, durante a estada no território de um Estado-Membro”.

Para criar as condições necessárias à adopção deste cartão, Regina Bastos defendeu que “devem, primeiro, ser alterados os regulamentos que aplicam os regimes de segurança social nomeadamente o Regulamento CEE/1408/71 e CEE/572/72. Com



a adopção deste instrumento, único e personalizado, os diferentes formulários actualmente em vigor serão suprimidos, os direitos dos segurados serão harmonizados e as formalidades simplificadas”.

A Deputada social-democrata sublinhou que “tais modificações exigem, contudo, uma informação adequada dos segurados sobre os direitos e obrigações decorrentes da nova legislação.

A criação do Cartão Europeu de Seguro de Saúde é assim uma ambição que passa a realidade. Mas é também um **símbolo da Europa** e uma ferramenta que reforça o sentimento de pertença à União Europeia”.

## PE debate Igualdade na Política de Cooperação Regina Bastos: as mulheres são as maiores vítimas da pobreza

A Deputada do PSD **Regina Bastos** defendeu em Estrasburgo, que “as medidas específicas destinadas a apoiar a igualdade entre homens e mulheres, a autonomia das mulheres e o seu papel nos domínios económico, social e ambiental, no âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento da União Europeia constituem contributos significativos para além de ser um imperativo de justiça. Isto porque, acrescentou, são as mulheres as maiores vítimas do flagelo da pobreza”.

Num debate, no Plenário do Parlamento Europeu, Regina Bastos, sublinhou “os progressos alcançados, graças à adopção de uma estratégia global de integração da perspectiva do género na cooperação para o desenvolvimento”, mas considerou que “ainda há muito para fazer”.

Há aspectos que são fundamentais para a igualdade entre os géneros e a autonomia da mulher e é a esses que se deve dar uma atenção especial, com destaque para as áreas como a saúde, a educação, a formação, o acesso às actividades económicas e sociais, mas também o acesso ao emprego e às infra-estruturas, e a participação nos processos de decisão.

Os projectos devem ser adequados à realidade. Para isso, é preciso dispor de dados e de estatísticas discriminadas por género que permitam avaliar as acções antes da sua selecção e após a sua realização”.

Para Regina Bastos, “é de salientar o papel essencial das organizações que estão no terreno, tendo em conta o seu conhecimento directo e mais aprofundado das necessidades reais e dos meios para concretizar as acções”.

A Deputada social democrata salientou ainda “a necessidade de criação de parcerias. Os actores chave, incluídas as autoridades regionais, devem organizar-se em redes a fim de facilitar o intercâmbio de experiências e boas práticas para melhor definição das acções e maior participação na sua implementação”.

Regina Bastos defendeu também que “a promoção da igualdade entre os géneros na cooperação para o desenvolvimento para o período 2004-2006 deve beneficiar de um orçamento adequado às suas necessidades e que a rubrica orçamental correspondente seja aumentada para um montante total de 11 milhões de euros”.



## Carlos Coelho: fiscalizar o comércio de precursores de droga

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** apoiou, em Estrasburgo, uma proposta da Comissão Europeia no sentido de transformar a Directiva 92/109, sobre precursores de droga, num regulamento, *“de modo a permitir uma simplificação da legislação, tornando-a mais fácil de aplicar de uma forma uniforme e simultânea. O que é ainda mais relevante com o Alargamento da União, pois, caso contrário, implicaria que a cada alteração que se introduzisse a essa Directiva ou aos seus anexos, tivessem que ser desencadeadas medidas de execução nacionais em 25 Estados Membros”*.

Pretende-se, assim, defendeu o Deputado social democrata, *“fiscalizar de forma harmonizada o comércio de precursores de drogas e impedir o seu desvio para a produção ilegal de estupefacientes. Pretende-se igualmente facilitar o comércio legítimo de precursores no mercado interno, utilizados para fins legais e legítimos, como a produção de medicamentos”*.

Para Carlos Coelho, *“face ao aumento crescente da produção e do comércio de drogas sintéticas, é essencial, que se crie um controlo efectivo e rigoroso do fabrico e colocação no mercado dessas substâncias que podem ser desviadas para o fabrico clandestino de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Paralelamente, exige-se, uma estreita cooperação entre as autoridades competentes e os operadores económicos da indústria química”*.

---

## PE: Sérgio Marques vai observar eleições presidenciais na Guatemala

O Deputado do PSD **Sérgio Marques** partiu no dia 26 de Dezembro para a Guatemala, integrado numa Delegação do Parlamento Europeu, composta por cinco Deputados (3 do PPE e 2 do PSE), que observou a **2ª volta das eleições presidenciais** que tiveram lugar no dia 28 de Dezembro.

Esta missão de observação eleitoral tem, nas palavras do Deputado social democrata, *“uma função geral de acompanhamento do processo eleitoral, para fomentar a transparência do mesmo e a confiança dos cidadãos no exercício dos direitos políticos inerentes ao sufrágio”*.

*Trata-se, acrescenta Sérgio Marques, de apoiar a promoção das instituições democráticas e a estabilidade do país, ajudar a reduzir o clima de tensão e desencorajar possíveis procedimentos ilegais e violentos relacionados com as eleições”*

A Delegação do Parlamento Europeu teve encontros com os representantes diplomáticos da União Europeia naquele país, estando previstos ainda reuniões com o Presidente do Supremo Tribunal Eleitoral, com dirigentes das principais forças políticas e com os dois candidatos que disputaram a 2ª volta das presidenciais.

No dia das eleições, os Deputados assistiram à abertura do acto eleitoral e deslocaram-se a várias assembleias de voto.

Foi a primeira vez que Sérgio Marques participou numa Delegação do Parlamento Europeu com a missão de observador de um acto eleitoral.

Para Sérgio Marques, esta viagem à Guatemala vem no seguimento do seu recente pedido à Comissão Europeia do envio de uma missão de observação eleitoral da União Europeia a um possível referendo revocatório do Presidente Hugo Chavez da Venezuela.

Sérgio Marques quer *“estar inteirado dos procedimentos de observação eleitoral e da forma como esta se processa no terreno, afim de que possa participar com a melhor experiência e conhecimento na missão a ter lugar na Venezuela”*.

A visita desta missão de observação do Parlamento Europeu terminou na segunda-feira, dia 29, com uma conferência de imprensa, às 10h00.

---

Relações UE / Ásia e América Latina

## Joaquim Piscarreta defende melhor execução da política de cooperação

**Nota da Redacção:** na última edição do “Povo Livre”, o artigo sobre “Relações UE/Ásia e América Latina”, do eurodeputado Joaquim Piscarreta saiu lamentavelmente truncado e incompleto. Com as nossas desculpas, repetimos o texto na sua integralidade:

vigência indeterminada, apesar do quadro financeiro estar somente definido para o período 2003-2006O Deputado social democrata entende que é *“fundamental a União Europeia contribuir para a erradicação da pobreza, a promoção de um desenvolvimento sustentável, o cumprimento dos direitos humanos, dos direitos das minorias e dos direitos dos povos indígenas, assim como a promoção da democracia, da boa governação e do combate às desigualdades”*.



# Confraternização de Natal dos funcionários do PSD



No passado dia 22 de Dezembro, realizou-se num hotel de Lisboa, o tradicional almoço de Natal dos funcionários da sede nacional do PSD, no qual estiveram presentes Dias Loureiro, Pedro Santana Lopes, José Luis Arnaut, Mário David e os secretários-gerais Adjuntos Pedro Duarte, Matos Rosa, Bruno Vitorino e Sérgio Vieira e ainda os antigos secretários-gerais Adjuntos, Hermínio Loureiro e Vieira de Castro; o secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, José Arantes, o Conselheiro Nacional e Secretário de Estado Miguel Relvas; os membros da Comissão Política Nacional, Isabel Soares, Eduarda Marques, Helena Lopes da Costa, Ana Zita Gomes, Francisco Araújo, Henrique Chaves, Joaquim Coimbra, Ribau Esteves, Telmo Faria, Correia de Jesús, Arménio Pereira, e Jorge Nuno Sá.

O almoço decorreu em ambiente de fraterna confraternização, tendo usado da palavra o Assessor de Imprensa, José «Zeca» Mendonça, que em nome de todos os funcionários reiterou a dedicação e vontade de trabalho profícuo de todos os colegas, em prol do nosso Partido, endereçando cumprimentos a todos os responsáveis políticos e em especial ao nosso Presidente, Durão Barroso que, retido em casa por doença, não teve possibilidade de estar entre nós, como desejaria.

Falou também o Secretário Geral, José Luis Arnaut, que fez o balanço de um ano de trabalho, elogiando o desempenho e o profissionalismo dos que trabalham na estrutura da Sede Nacional e desejou a todos um Bom Natal e um Ano Novo em que, seguindo o rumo já traçado, o Partido e Portugal possam assegurar os fins que todos, em conjunto, nos propusemos alcançar.

A terminar, Pedro Santana Lopes recordou os passos mais significativos do nosso caminho em 2003 e teve palavras para a acção do Presidente e Primeiro Ministro (cujá ausência o próprio Durão Barroso lhe tinha manifestado quanto lhe era penosa) que todos gostaríamos de ali vêr, para lhe manifestarmos a nossa solidariedade e o nosso apoio, na tarefa de reerguer Portugal e de superar todas as dificuldades contra as quais devemos continuar a luta, com o mesmo espírito e coragem que até agora temos manifestado, com o nosso trabalho e a nossa dedicação ao PSD e ao ideal social-democrata.

Alguns dias antes, no dia 18, no anfiteatro da Sede, tinha sido realizada a festa dos filhos dos funcionários, com um lanche oferecido aos mais novos, distribuição de lembranças e a actuação de uma “parelha” de palhaços. - **PL**



## Editorial



Luís Álvaro Campos Ferreira

## Com o tempo vemos quem tem razão

2004 vai, com toda a certeza, abrir em Portugal um novo ciclo. Chegou a hora de começar o bom tempo.

As políticas praticadas por este Governo, tanto na área da economia como na complexa zona das Finanças Públicas, vão produzir os seus efeitos positivos. A consolidação orçamental não é uma mera exigência ou capricho da União Europeia, é um factor decisivo para termos um País mais saudável e mais sólido.

Consolidando as finanças públicas, temos uma administração pública mais racionalizada, com controlo de despesa corrente, o que permite ao Estado ter uma política de bom investimento, esse sim produtivo e que deve ser acarinhado.

As novas e ansiadas políticas fiscais introduzidas no tecido económico, assim como o esforço realizado com sucesso na captação de bom investimento estrangeiro a par de um significativo conjunto de medidas de incentivo às exportações e à criação de novas empresas, vão permitir melhorar a qualidade de vida dos Portugueses e inverter de forma decisiva os indices de desemprego.

É da mais elementar Justiça saudar este Governo, principalmente o Senhor Primeiro-Ministro, Dr. Durão Barroso, pela coragem e persistência demonstradas na Governação de Portugal.

As políticas seguidas nem sempre foram bem compreendidas por alguns, não receberam por parte da oposição as atitudes de seriedade e de responsabilidade que lhe devem ser exigidas, mas são sem dúvida nenhuma, e o tempo começa a prová-lo, políticas a pensar unicamente no bem de Portugal.

Que este Ano Novo traga aos Portugueses tudo aquilo que eles merecem e anseiam.

Propriedade PSD-Partido Social Democrata

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213952140 - Fax. 213976967- Depósito legal n.º1970/83  
Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Impressão - Mirandella Artes Gráficas, SA. Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA  
Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Crel Béla-Vista - Rua da Tascoa, 4.º Piso - Massamá - Telef. 214398500 - Fax. 213976967

POVOLIVRE